



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## **ELEMENTOS PRÉ - TEXTUAIS**

**CAPA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2018**

**Aracaju/SE, 2019**



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

*Relatório de Gestão do Exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, de 1º de Setembro de 2010, das DNTCU nº 170 de 19 de Setembro de 2018 e a 172/2018 de 12 de Dezembro de 2018 e da Portaria TCU nº 369/2018 de 17 de dezembro de 2018.*

**Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe**

Fone (79) 3225-4000

Av. Hermes Fontes, 931 – Bairro: Salgado Filho  
Cep: 49020-550 – Aracaju-SE

[www.Coren-SE.gov.br](http://www.Coren-SE.gov.br)



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

### SIGLAS

AE - Auxiliar de Enfermagem  
ABEn - Associação Brasileira de Enfermagem  
Ascom - Assessoria de Comunicação  
Astec - Assessoria Técnica  
CE - Comissão de Ética  
CEE - Conselho Estadual de Educação  
Cofen - Conselho Federal de Enfermagem  
DC - Departamento Contábil  
Dejur - Departamento Jurídico  
Direx - Diretoria Executiva  
DRIC - Departamento de Registro Inscrição e Cadastro  
OCI – Órgão de Controles Internos  
REP – Reunião Extraordinária de Plenário  
ROP – Reunião Ordinária de Plenário  
RT – Responsabilidade Técnica SE – Sergipe  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TE – Técnico de Enfermagem  
UJ – Unidade Jurisdicionada

### ABREVIATURAS

Aux. - Auxiliar  
Enf. - Enfermeiro  
Exe – Execução  
Indep - Independente  
Mut. - Mutação  
Pat. - Patrimonial  
Tec. – Técnico



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



**LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

Quadro 01 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	03
Quadro 02 - ORGANOGRAMA 2018)	04
Quadro 03 - AMBIENTE EXTERNO	05
Quadro 04 - MODELO DE NEGÓCIOS	06
Quadro 05 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA	07/08
Quadro 06 – PRIORIDADES E METAS	17 A 20
Quadro 07 - RESULTADOS DA GESTÃO	21/22
Quadro 08 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E AREAS ESPECIAIS DE GESTAO	24/25
Quadro 09 - GESTÃO DE PESSOAS	26
Quadro 10 - GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	26 a 29
Quadro 11 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	30
Quadro 12 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31/32
Quadro 13 - BALANÇO PATRIMONIAL	38/39
Quadro 14 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	39 a 48
Quadro 15 - BALANÇO FINANCEIRO	49/50
Quadro 16 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	51
Quadro 17 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	52 a 54
Quadro 18 - SEGUROS	55
Quadro 19 – NOTAS EXPLICATIVAS	55/69



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73

---



## **LISTA DE ANEXO E APÊNDICE**

**Não houve necessidade da sua aplicação.**



# SUMÁRIO

## Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE, DIEGO RAFAEL DA SILVA BORGES .....	1	CAPÍTULO 5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E AREAS ESPECIAIS DE GESTAO .....	24	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS	378
CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO .....	2	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	24	BALANÇO PATRIMONIAL .....	389
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	3	GESTÃO DE PESSOAS .....	26	Balanço Patrimonial Ativo Circulante .....	389
ORGANOGRAMA 2018 .....	4	GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS .....	267	Balanço Patrimonial Ativo Não Circulante .....	389
AMBIENTE EXTERNO .....	5	GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	301	Balanço Orçamentário .....	420
MODELO DE NEGÓCIOS .....	6	Contratação e gestão de diversos serviços administrativos com atividades nas áreas de zeladoria, limpeza, segurança patrimonial, postagem, motoristas e distribuição de correspondências, copa, coleta de lixo e recicláveis e, seguro predial, atividades junto a órgãos oficiais e concessionárias de serviços públicos, controle e pagamento de água, energia elétrica, gás, IPTU, taxa do lixo .....	301	Balanço Financeiro .....	50
CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA .....	7	Segue atividades relacionadas a nossa gestão patrimonial .....	30	Variações Patrimoniais .....	512
DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	9	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	312	DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA .....	53
PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS .....	11	Projetos de TI em 2018: .....	312	PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS .....	55
GESTÃO DE RECURSOS .....	12	RELATÓRIOS DE ATENDIMENTOS DE CHAMADOS - GLPI .....	323	NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS .....	55
Risco de Crédito .....	12	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	334	PERDAS POSSÍVEIS, NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO .....	55
Risco de mercado .....	13	DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....	345	PARTES RELACIONADAS .....	55
Risco de liquidez .....	13	CAPÍTULO 6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	356	SEGUROS .....	56
Perda pessoal .....	13	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA .....	356	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	56
PROCURADORIA JURÍDICA .....	14	CRÉDITOS DE ANUIDADES .....	356	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 .....	56
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO .....	15	ESTOQUES .....	356		
Risco da informação .....	15	IMOBILIZADO .....	367		
DÍVIDA ATIVA .....	16	OUTROS ATIVOS E PASSIVOS .....	367		
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS DA GESTÃO .....	21	FORNECEDORES .....	367		



## INTRODUÇÃO

Prezado Leitor,

O objetivo deste relatório é permitir à sociedade compreender o que faz o Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe – Coren-SE e como são geridos os recursos provenientes de anuidades e demais valores arrecadados. Este relatório apresenta aos cidadãos e aos órgãos de controle, os valores e resultados que produz e entrega. Além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade, sustentabilidade econômica e ambiental. As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2018, onde foram aprovadas pela Diretoria e Plenário, órgão colegiado de governança do Conselho.

O Relatório de Gestão do Coren-SE está assim estruturado:

Mensagem do Presidente

Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e ambiente externo

Capítulo 2 – Planejamento Estratégico e Governança

Capítulo 3 – Gestão de Riscos e Controles Internos

Capítulo 4 – Resultados da Gestão

Capítulo 5 – Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Capítulo 6 – Demonstrações Contábeis



## MENSAGEM DO PRESIDENTE, DIEGO RAFAEL DA SILVA BORGES



Diego Rafael da Silva Borges  
Presidente

É com muita satisfação que apresentamos a vocês o primeiro Relato Integrado do Coren-SE. Este Relato significa mais do que uma maneira diferente e aperfeiçoada de reportar nossos resultados, desempenho e expectativas, mas retrata também uma evolução em nossa gestão e na maneira de como pensamos nossas atividades.

Um dos mais importantes compromissos assumido no início da gestão foi o de tornar o Coren-SE um conselho essencialmente técnico, transparente, atento à sua atividade fim e aos anseios dos profissionais de enfermagem e sociedade de todo o estado.

Adotamos a modernização como um dos pilares, não apenas em relação aos investimentos em tecnologia, visando a excelência dos nossos serviços, mas também na forma como o conselho é administrado.

Destacamos a nossa estrutura de controle, com o Departamento de Controladoria e o engajamento dessa administração no cumprimento das normas dos órgãos de controle interno, externo, bem como a implementação do *Compliance* e do planejamento estratégico, já que o relato e gestão caminham juntos ao atender às normas legais. Conseguimos diminuir a burocracia privilegiando a eficiência, a transparência nos trâmites e procedimentos do Coren-SE. A ética como nossa principal bandeira. A fiscalização como prioridade, de forma a combater o exercício irregular das profissões de enfermagem, valorizando assim os bons profissionais e buscando a garantia de uma assistência livre de dano e risco à população sergipana. Aprimoramos também as parcerias e convênios estratégicos com o objetivo de ampliar a presença dos profissionais no centro das decisões técnicas que impactam a sociedade.

Por fim importante destacar que o Relatório de Gestão do ano de 2018 do Coren-SE traduz nossos esforços na implementação dos mecanismos, das instâncias e das práticas de governança requeridos para a elaboração do relato integrado. Apresentamos nossas estratégias traduzidas nas ações e projetos institucionais zelando sempre pela transparência. Como vocês perceberão aqui, muitos objetivos foram alcançados por esta gestão e quanto aos demais, estamos trabalhando para implementá-los.

Boa Leitura





## CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Somos uma autarquia federal cuja motivação é resguardar a sociedade dos maus profissionais e empresas de idoneidade duvidosa. Atuamos por meio da fiscalização do exercício das profissões nas áreas da Enfermagem, no âmbito do Estado de Sergipe. Nossas competências legais e institucionais estão definidas na Lei nº 5.905, de 1973, e em nosso Regimento Interno.

Apresentamos a seguir os principais dados que identificam nosso Conselho, nossa missão, visão, nossa estrutura organizacional, ambiente externo e a atuação do nosso modelo de negócio.

Em nosso modelo de negócios, buscamos demonstrar como utilizamos recursos e processos para gerar valor para profissionais, empresas de saúde e toda a sociedade. Analisamos o contexto externo e evoluímos nos processos de gestão, na governança e nas

estratégias de negócios. A medida que mapeamos os recursos utilizados em nosso processo produtivo, apresentamos em nosso modelo de negócios a classificação nas seis categorias seguindo o modelo de capitais apresentado. Assim, nossos capitais representam os insumos e são impactados pelas nossas atividades no processo de geração de valor.

Nosso **CAPITAL HUMANO** é composto por funcionários, que atuam com conhecimento técnico, competência, experiência, ética, responsabilidade e conformidade.

Nosso **CAPITAL INTELECTUAL** é composto pela nossa capacidade técnica, de propriedade intelectual.

Nosso **CAPITAL SOCIAL** e de relacionamento é formado pelas interações com nossos públicos de interesse. Estas interações são fortalecidas por meio de nossos canais de diálogo, investimentos sociais e nossas iniciativas de gestão de reputação que buscam estreitar os vínculos de confiança com a sociedade.

Nosso **CAPITAL NATURAL** é composto pelos recursos ambientais renováveis e não renováveis utilizados em nosso processo produtivo ou impactados por esse, em destaque a reciclagem de materiais plásticos, papéis, copos, etc.

Nosso **CAPITAL PRODUTIVO** é composto pelas áreas finalísticas e toda a infraestrutura que utilizamos em nossa atividade produtiva, com destaque à fiscalização propriamente dita.

Nosso **CAPITAL FINANCEIRO** é composto pelos recursos financeiros disponíveis exclusivamente próprios alocados para nossa atividade produtiva, bem como transferências advindas do Conselho Federal.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nossa estrutura organizacional pode ser compreendida em estrutura básica, suporte e auxiliar.

A **ESTRUTURA BÁSICA** é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: Plenário, Diretoria Executiva e Presidência.

A **ESTRUTURA DE SUPORTE** é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos de caráter permanente, especial ou temporário, compreendendo: Assessoria Técnica; Comissões temporárias; Comissões definitivas (ética).

A **ESTRUTURA AUXILIAR** é subordinada à Presidência e responsável pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos tendo por finalidade prover apoio ao funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do Conselho Regional.

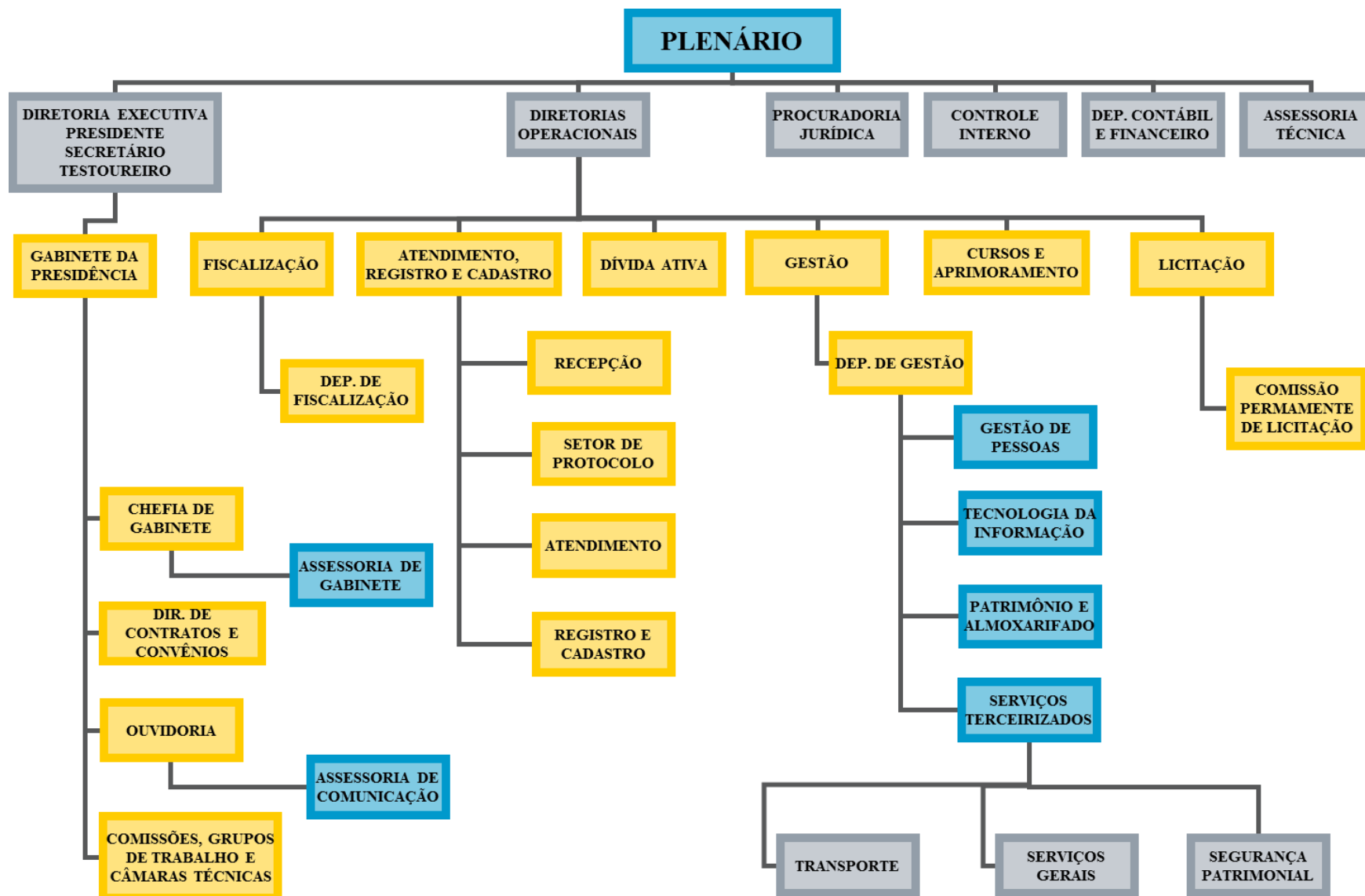
<b>ESTRUTURA BÁSICA</b>	<b>ESTRUTURA DE SUPORTE</b>	<b>ESTRUTURA AUXILIAR</b>
Plenário; Presidência; Departamento de gestão;	Assessoria Técnica; Comissões temporárias; Comissões definitivas (ética).	Departamento de Fiscalização; Setor de atendimento; Setor de dívida ativa; Controle interno; Departamento contábil; Procuradoria Jurídica; Recursos Humanos; Comissão de Licitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## ORGANOGRAMA 2018





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## AMBIENTE EXTERNO

No ano de 2018 os fatores externos impactaram consideravelmente o nosso cenário. A recuperação da economia brasileira foi lenta e o desemprego e informalidade marcaram esse período. Mesmo com a inflação controlada, o aumento dos preços dos combustíveis, os custos dos transportes afetaram diretamente o bolso dos brasileiros. Esse inclusive foi um dos fatores que motivaram a greve dos caminhoneiros, paralisando o país por 11 dias no final de maio, impactando na produção, no consumo e no PIB de 2018. Além dessa situação, houve um período eleitoral atípico e o mercado oscilou em meio às expectativas das possibilidades do novo governo. O dólar alcançou um patamar de R\$ 4,19 e encerrou o ano em torno de R\$ 3,90.

A taxa de desemprego no Brasil apresentou queda ao longo do ano e chegou a 11,7% no trimestre encerrado em outubro – acumulando sete quedas consecutivas e atingindo o menor percentual desde meados de 2016. Entretanto, ainda são 12,35 milhões de brasileiros desempregados no país, além de 27,2 milhões na informalidade.

O principal índice da bolsa brasileira, o Ibovespa, encerrou o ano com valorização de cerca de 12%, após acumular ganhos de 26,3% em 2017. A mínima do ano foi registrada em meados de junho, quando caiu abaixo dos 70 mil pontos, em meio às preocupações com a guerra comercial. Contudo a bolsa manteve a trajetória de alta mesmo durante o período eleitoral e, no início de dezembro, rompeu pela primeira vez a barreira dos 90 mil pontos.



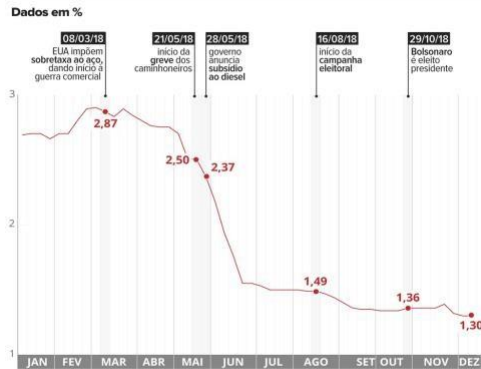
# CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## Crescimento

Expectativa para o desempenho do PIB em 2018



Fonte: Banco Central

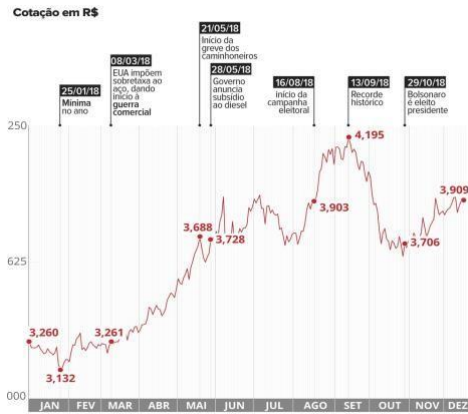
Infográfico atualizado em: 17/12/2018



FONTE: CRESCIMENTO EM 2018  
FOTO: INFOGRÁFICO: JULIANE MONTEIRO/G1

## Dólar

Cotação da moeda norte-americana ao longo do ano



Fonte: ValorPro

Infográfico atualizado em: 17/12/2018



FONTE: EVOLUÇÃO DO DÓLAR EM 2018  
FOTO: INFOGRÁFICO: JULIANE MONTEIRO/G1

## Risco-país

Evolução da percepção de risco dos investidores com o Brasil



Fonte: Consultoria Tendências

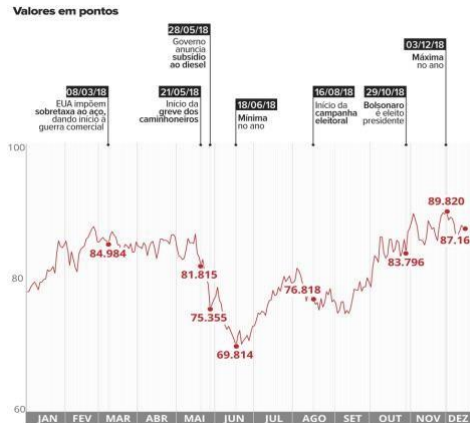
Infográfico atualizado em: 17/12/2018



FONTE: RISCO-PAÍS EM 2018  
FOTO: INFOGRÁFICO: JULIANE MONTEIRO/G1

## Bolsa de valores

Desempenho do Ibovespa



Fonte: ValorPro

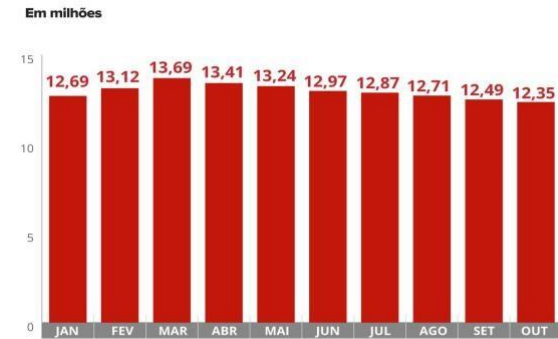
Infográfico atualizado em: 17/12/2018



FONTE: EVOLUÇÃO DA BOLSA EM 2018  
FOTO: INFOGRÁFICO: JULIANE MONTEIRO/G1

## Desemprego

Número de desocupados no trimestre móvel



Fonte: IBGE

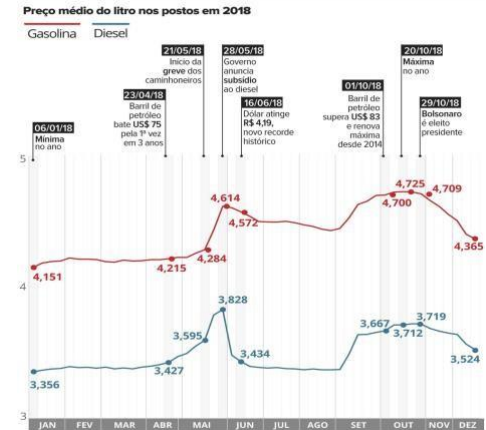
Infográfico elaborado em: 12/12/2018



FONTE: DESEMPREGO EM 2018  
FOTO: INFOGRÁFICO: JULIANE MONTEIRO/G1

## Gasolina e diesel

Preço médio do litro nos postos ao longo do ano



Fonte: ANP

Infográfico atualizado em: 17/12/2018



FONTE: EVOLUÇÃO DO PREÇO DA GASOLINA E DO DIESEL EM 2018  
FOTO: INFOGRÁFICO: JULIANE MONTEIRO



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos em produtos e impactos, por meios das nossas atividades e dos nossos objetivos estratégicos gerando valor aos profissionais, empresas e sociedade em geral. Em outras palavras, é a descrição dos principais recursos, processos de trabalho, produtos ou serviços prestados, impactos internos e externos, positivos e negativos.

<b>CAPITAL</b>	<b>Humanos</b> 22 funcionários	<b>Intelectual</b> 6 ações	<b>Social e relacionamento</b> 69 parceiros; 51 fornecedores; 69 convênios	<b>Produtivo</b> 8 funcionários (áreas fins); 4 agentes fiscais; 18 conselheiros;	<b>Financeiro orçamentário</b> 4.700 milhões; Disponibilidades: 642,2 mil	<b>Natural</b> Frota: 4 veículos
<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>SERVIÇOS</b> Fiscalizar o exercício profissional de enfermagem em todos os estabelecimentos de saúde em Sergipe. Promover atendimento célere e eficiente na emissão do registro profissional. Atuar quanto tribunal ético administrativo seguindo rigorosamente a legislação pertinente. Proporcionar a atualização sistêmica e tecnológica com inserção e transformação digital da gestão.	<b>VALORIZAÇÃO</b> Modernizar e ampliar as ações fiscalizatórias e atendimento. Padronizar e informatizar as ações de fiscalização do exercício profissional. Desenvolver política institucional no estado. Aumentar a participação no ambiente regulatório. Ampliar o desenvolvimento do quadro funcional do Coren-SE. Conhecer o profissional de enfermagem. Fortalecer as relações internas e externas. Gestão política dos interesses da categoria.	<b>RECEITAS</b> Gerar maior eficiência e economicidade à gestão, potencializando a receita e reduzindo despesas. Promover a sustentabilidade potencializando as atividades fins. Promover a desburocratização e qualificação do quadro funcional.	<b>IMAGEM</b> Aperfeiçoar a interlocução com os profissionais, empresas, sociedade, instituições governamentais e não governamentais. Fortalecer a imagem institucional. Ser percebido como entidade que gera e agrega valor à sociedade. Ser inserido nas discussões de grandes temas nacionais.		
<b>PROCESSO</b>	<b>Fiscalização</b>	<b>Colegiado</b>	<b>Comunicação</b>	<b>Tecnologia da Informação</b>	<b>Logística</b>	
<b>PRODUTOS</b>	1528: Certidão de acervo técnico	412: Anotação de responsabilidade técnica:	311: Processo de fiscalização	22.322: Registros profissionais e empresas		
<b>IMPACTOS</b>	Social 42 municípios fiscalizados	<b>VALOR</b>	3 profissões da enfermagem regulamentados	22.313 profissionais habilitados	Segurança da sociedade	



## CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Temos como principal objetivo atuar de forma eficiente na fiscalização e no aperfeiçoamento do exercício e das atividades profissionais dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Questões como **estratégia, transparência e controle social** são aspectos fundamentais e estamos em fase de estruturação.

No segundo trimestre de 2018, foi aprovado o Plano Estratégico para o triênio 2019/2021, com 16 objetivos distribuídos entre 6 programas temáticos e 6 perspectivas, totalizando R\$ 10.666.200,47 para este triênio.

### RESUMO EXECUTIVO DO PLANO PLURIANUAL DO COREN SE

<b>Programa Temático:</b>	Capital Humano	R\$ 801.710,52				
<b>Perspectiva:</b>	Aprendizado e Crescimento	R\$ 801.710,52	2019	2020	2021	Total
<b>Objetivo:</b>	OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos trabalhadores do Conselho Regional.		R\$ 10.000,00	R\$ 11.675,00	R\$ 12.380,37	R\$ 34.055,37
<b>Objetivo:</b>	OE2. Promover e participar de estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais de enfermagem.		R\$ 234.000,02	R\$ 250.300,02	R\$ 263.455,02	R\$ 747.755,06
<b>Objetivo:</b>	OE3. Contribuir com a qualidade da formação em Enfermagem.		R\$ 6.000,03	R\$ 6.800,03	R\$ 7.100,03	R\$ 19.900,09
	<b>Total perspectiva:</b>		R\$ 250.000,05	R\$ 268.775,05	R\$ 282.935,42	R\$ 801.710,52
<b>Programa Temático:</b>	Excelência na Gestão	R\$ 9.864.489,26				
<b>Perspectiva:</b>	Processos Internos	R\$ 9.864.489,26				
<b>Objetivo:</b>	OE4. Manter o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.		R\$ 88.293,43	R\$ 91.324,55	R\$ 94.314,15	R\$ 273.932,13
<b>Objetivo:</b>	OE5. Fiscalizar o exercício profissional de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.		R\$ 18.000,02	R\$ 19.000,02	R\$ 21.000,02	R\$ 58.000,06
<b>Objetivo:</b>	OE6. Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.		R\$ 3.291.977,02	R\$ 3.060.088,49	R\$ 3.164.805,90	R\$ 9.516.871,41
<b>Objetivo:</b>	OE7. Aprimorar a comunicação institucional.		R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,24
<b>Objetivo:</b>	OE8. Ter um ambiente de trabalho integrado, que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.		R\$ 5.000,10	R\$ 5.225,10	R\$ 5.460,22	R\$ 15.685,42
	<b>Total perspectiva:</b>		R\$ 3.403.270,65	R\$ 3.175.638,24	R\$ 3.285.580,37	R\$ 9.864.489,26



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



<b>Programa Temático:</b>	Conformidade Legal	R\$ 0,03				
<b>Perspectiva:</b>	Administração Pública	R\$ 0,03				
<b>Objetivo:</b>	OE9. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública e às instruções e provimentos do Conselho Federal.		R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,03
	<b>Total perspectiva</b>		R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,03
<b>Programa Temático:</b>	Representatividade e Cooperação	R\$ 0,33				
<b>Perspectiva:</b>	Relações Institucionais	R\$ 0,33				
<b>Objetivo:</b>	OE10. Ampliar a representatividade da Enfermagem nos fóruns sociais relativos à saúde e educação e relacionados à Enfermagem.		R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,09
<b>Objetivo:</b>	OE11. Ampliar as relações institucionais de cooperação.		R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,06
<b>Objetivo:</b>	OE12. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.		R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,06
<b>Objetivo:</b>	OE13. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.		R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,12
	<b>Total perspectiva</b>		R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,33
<b>Programa Temático:</b>	Compromisso e Transparência	R\$ 0,15				
<b>Perspectiva:</b>	Enfermagem/Sociedade	R\$ 0,15				
<b>Objetivo:</b>	OE14. Deliberar, fiscalizar e disciplinar a conduta ética dos profissionais de enfermagem, aplicando as penalidades cabíveis aos infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho Federal e/ou Conselho Regional.		R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,09
<b>Objetivo:</b>	OE15. Defender os interesses coletivos dos profissionais de enfermagem, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem e de saúde.		R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,06
	<b>Total perspectiva</b>		R\$ 0,05	R\$ 0,05	R\$ 0,05	R\$ 0,15
<b>Programa Temático:</b>	Gestão por Resultado	R\$ 0,18				
<b>Perspectiva:</b>	Orçamentária	R\$ 0,18				
<b>Objetivo:</b>	OE16. Promover as medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.		R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,18
	<b>Total perspectiva</b>		R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,18
	<b>Total Geral</b>		R\$ 3.653.270,93	R\$ 3.444.413,52	R\$ 3.568.516,02	R\$ 10.666.200,47





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

De acordo com os conceitos de instâncias internas de governança e de apoio à governança contidas no Referencial Básico de Governança, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, apresentamos a sua implementação no âmbito do COREN-SE:

As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre a sociedade e a administração pública.

As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração.

Assim sendo, nosso Plenário é integrado por todos os Conselheiros e presidido pelo Presidente do Conselho. É composto por Conselheiros e suas competências estão arroladas no artigo 18º do Regimento Interno do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria, e suas competências estão listadas no art. 19º do Regimento Interno.

A área de Relações Institucionais: Gabinete, Controladoria, Procuradoria Jurídica, Assessoria e Ouvidoria são unidades básicas, vinculadas à Presidência, com finalidade de exercer as funções de apoio estratégico, técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do COREN-SE.

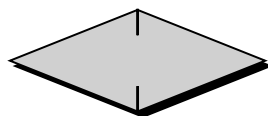
### INSTÂNCIA INTERNA DE GOVERNANÇA DO COREN-SE

#### CONSELHO

- Plenário

#### ALTA ADMINISTRAÇÃO

- Presidência
- Diretoria



#### INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO E GOVERNANÇA

- Gabinete
- Departamento de Gestão
- Departamento de Fiscalização
- Departamento Contábil e Financeiro
- Controle Interno
- Atendimento
- Dívida ativa
- Procuradoria Jurídica
- Comissão de Licitação
- Registro e Cadastro
- Tecnologia da Informação



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



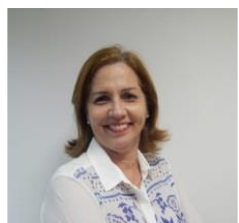
**PRESIDENTE**



Enfermeiro: Diego Rafael da Silva Borges

**DIRETORIA**

Secretaria



Enfermeira  
Clarice Fonseca Mandarinino

Tesoureira



Técnica de Enfermagem  
Tânia Maria dos Santos

Diretor Contabil e  
Financeira



José Miraldo de Melo Fontes  
Contador

Chefe de Gestão



Lucas Fernandes Araújo  
Contador

**CHEFE DE  
GABINETE**

Katia Vieira Gomes Ferreira

**OUVIDOR**

José Cicero de Alcantara

**CONTROLADOR INTERNO**

Aloisio Santos Ribas



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS.

Nosso capital social e de relacionamento é formado pelas interações com nossos públicos de interesse. Estas interações são fortalecidas por meio de nossos canais de diálogo, nossos investimentos sociais e nossas iniciativas de gestão de marca e reputação, que buscam estreitar os vínculos de confiança com a sociedade.

Nesse sentido, o Portal Coren-SE é a principal ferramenta de Comunicação com profissionais e empresas registrados. Os Serviços de Atendimento são realizados através do Sistema Incorp e concentram os principais serviços para profissionais e empresas registrados, sendo que os serviços com maior número de acessos são para emissões de: Certidões, RTs, boletos para pagamento, dentre outros.

Nosso Portal conta com uma série de recursos para atendimento à Sociedade, como por exemplo: Consulta Pública de profissionais e empresas registradas, Denúncia, Perguntas frequentes, Fale conosco e agenda de Eventos.

No período de janeiro a dezembro de 2018, o Portal do Coren-SE contabilizou 345 matérias postadas no sítio do Coren/SE, média de 26 matérias por mês

Destaca-se também a área de Notícias, em que é dada ampla publicidade às ações Institucionais do Conselho, com divulgação de Deliberações oriundas do Sistema Cofen/Corens, convênios e parcerias firmados com Instituições de Ensino, Entidades de Classe e outros Órgãos.

Possuímos também um espaço destinado para palestras e diversos outros eventos. Criado com o intuito de aproximar os novos profissionais do Sistema COFEN/COREN-SE.

Possuíamos cerca de 3.141 seguidores em nossas redes sociais no final de 2017. Em 2018 encerramos o ano com 7.723 seguidores, sendo que boa parte desse público são mulheres entre 15 e 44 anos de idade.

Um dos motivos dessa rede social ter crescido aceleradamente foi a produção de posts informativos, com percentual superior às demais Autarquias. Ao total foram publicados

447 posts, uma média de 37 publicações por mês. Todos esses posts foram também publicados no Facebook. Ao término de 2018, foi alcançado o número de 10.534 seguidores.

A página do Coren-SE no Facebook e Instagram continua sendo o principal ponto de diálogo estabelecido com o público mais jovem, usualmente pouco participativo nas demais mídias do Conselho. Foi criado no sítio um layout mais atrativo seguindo o modelo padrão do Cofen, além de atualizado diariamente. Foram disponibilizados ícones como, serviços online, boletos, documentos para inscrição, agenda do presidente, balanço mensal das fiscalizações, código de ética e demais serviços. Ao alcance e envolvimento dos conteúdos veiculados via Facebook pelo Conselho, foi possível determinar os temas de maior interesse do público, o que serviu de orientação para que a Comunicação do Coren-SE adequasse sua produção àquilo que é mais relevante para os profissionais e a sociedade.

Para nosso público interno focamos na criação de um canal de comunicação com os funcionários do Conselho para informá-los sobre as ações realizadas pela Autarquia Federal. É importante que todos os funcionários saibam da atuação do Conselho.

Atendemos a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no intuito de facilitar o acesso aos dados do Coren-SE, bem como divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse público sobre o Conselho, disponibilizamos na página <http://ouvidoria.cofen.gov.br/Coren-SE/transparencia> as informações exigidas por lei, além de dados complementares relativos ao órgão. O Portal da Transparência do Coren-SE tem sido atualizado regularmente, adaptando-se a todas as exigências legais. Mensalmente, é produzido um relatório para levantamento e acompanhamento da atualização das informações do Portal e cobrança das áreas responsáveis, quando necessário.



## CAPÍTULO 3 - GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável. A Gestão de riscos no Conselho é conduzida de forma descentralizada pelas diferentes áreas conforme abaixo:

### GESTÃO DE RECURSOS

- Departamento de Finanças

Com relação à gestão integrada e proativa de riscos, entendemos ser de fundamental importância para a entrega dos resultados de maneira segura e sustentável. Por isso com relação às operações financeiras, o Coren-SE, realiza as estratégias de gerenciamento de risco e os efeitos nas demonstrações contábeis conforme segue:

#### Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pelo Coren-SE, bem como aos valores a receber (anuidades).

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

1. As aplicações financeiras e os recursos estão exclusivamente aplicados em instituições financeiras oficiais, cujos prazos de vencimento são de curto prazo;

2. Com relação às contas a receber referente aos valores de anuidades dos profissionais, com vista a necessidade de adimplência para o exercício profissional.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



### Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado, de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Tendo em vista, o zelo com os recursos públicos, os investimentos da autarquia são feitos em cadernetas de poupança que são considerados um dos investimentos com o menor risco de mercado. Tal decisão está em conformidade com a orientação do Conselho Federal.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento contábil e tesouraria.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Conselho para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- [Departamento de Recursos Humanos](#)

Dentre os possíveis riscos identificados em nossa gestão de pessoas, que podem vir a comprometer de forma grave o cumprimento da nossa missão institucional ao longo do tempo, podemos citar o risco de perda de pessoal e, em consequência, a perda de capital intelectual.

### Perda de pessoal

Atualmente acompanhamos e monitoramos algumas situações específicas que podem ocasionar, em curto e médio prazo, a perda de pessoal/mão de obra. Dentre as situações que podem ensejar a perda de pessoal, ressaltam-se:

A redução do quadro de pessoal decorrente da não reposição das vagas geradas por rescisões (pedidos de demissão, falecimentos e aposentadorias).

Visando minimizar os efeitos desses potenciais riscos, o Coren-SE vem envidando ações para reduzir os respectivos impactos.

Atualmente, o Coren-SE vem analisando proposta da gestão para elaboração de segundo concurso público, de provas e títulos, para as áreas administrativas e fiscalização, bem como ampliou a demanda de estagiários para os diversos setores do Regional.



## PROCURADORIA JURÍDICA

### *Principais riscos*

1. Falha no controle de prazos e compromissos judiciais e extrajudiciais;
2. Inconsistências jurídicas nas manifestações;
3. Não exercício, tempestivo, do direito/dever de ação que importem em decadência e/ou prescrição;

### *Medidas específicas para o gerenciamento dos riscos:*

Atualmente, realizamos o controle dos prazos e compromissos judiciais através de planilhas físicas e eletrônicas, compostas pelos processos e seus respectivos responsáveis. Não obstante, visando mitigar ou minimizar os riscos inerentes ao controle de prazos, o Setor jurídico pretende adquirir ferramentas tecnológicas que auxiliem no controle interno dos diversos atos judiciais e extrajudiciais, através da qual almeja otimizar, gerar eficiência e celeridade nos procedimentos desenvolvidos pela unidade;

No que pese a qualidade técnica de nosso corpo funcional, certo é que a dinâmica jurídica de nosso ordenamento nos impõe almejar à necessidade de atualização constante de nosso time, razão pela qual pretende implantar a realização de cursos, fomento à capacitação, aquisição de livros e assinaturas de revistas e/ou periódicos de natureza acadêmica a fim de subsidiar os procedimentos da unidade organizacional;

No ano de 2018, o setor jurídico do COREN-SE passou a contar com um estagiário, acadêmico de direito, que passou a contribuir com a organização do setor e a confecção de minutas de notificações e pareceres, o que auxiliou o advogado efetivo do órgão e o procurador jurídico.

A necessidade de atuação tempestiva dos atos processuais urge pela implantação de mecanismos de controle efetivo e ferramentas tecnológicas para sua satisfatória concretização. Neste aspecto, pretende-se adquirir softwares adequados ao tratamento desta finalidade.



## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

### Risco da informação.

A Política de Segurança da Informação do Coren-SE está em constante revisão e evolução. Há uma série de práticas adotadas no Setor de Informática que visam garantir a segurança da informação. Apesar de não existir corpo técnico para o desenvolvimento de software, o COREN-SE terceiriza empresas especializadas na prestação de serviço de sistemas corporativos, visando garantir a segurança, confiabilidade e o controle de ganho na produtividade, qualidade e governança.

O controle de acesso e permissões dos usuários a diversos sistemas corporativos ocorre pelo Microsoft Active Directory - AD. Cada usuário do Coren – SE tem um cadastro no AD, e por esse cadastro são controlados os acessos de cada usuário em vários sistemas. Na rede interna, quando aplicado, controla o acesso às pastas da rede nos servidores. No âmbito dos sistemas de cadastro dos profissionais (INCORP); Contabilidade, Almoxarifado, Patrimônio, setor pessoal. (CONTABILIS), não existem integrações via Microsoft Active Directory, pois os sistemas são desenvolvidos por terceiros. A integração no AD, existem apenas com os sistemas de Gerenciamento de Help-Desk (GLPI) e Comunicador Corporativo, onde faz-se o controle de acesso, permitindo a comunicação entre os diversos setores e departamentos.

O serviço de correio eletrônico e de hospedagem de site do Coren-SE está situado em ambiente externo, em empresa contratada via licitação. Já o acesso ao site institucional, a proteção de acesso é provida pelo Conselho Federal de Enfermagem. Essa infraestrutura que é separada, conta com todos os dispositivos de segurança físicos e lógicos necessários a um Datacenter, como o controle de acesso. Cada usuário do Coren-SE tem um cadastro para acesso à sua conta de e-mail.

O acesso à internet de cada usuário, definido através de grupo de AD, conta com serviços de segurança implementados por software no firewall. Todos os serviços são ativados para que haja uma segurança efetiva para acessos internos à internet e para acessos externos à nossa rede.

Cada equipamento do Coren-SE também conta com software antivírus reconhecido no mercado, com controle centralizado, diariamente atualizado, com varredura diária, e proteção em tempo real.

O Setor de tecnologia da informação mantém rotinas de backups, diários, mensais e semanais, onde são realizados backups dos bancos de dados, sistemas de arquivos e servidores virtualizados.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



Com relação à segurança física, contamos com nobreaks com autonomia de até 3 horas, entretanto é necessário realizar contratação de extensão de garantia do fabricante, onde foi encaminhado projeto ao Conselho Federal de Enfermagem e estamos aguardando providências.

A crescente complexidade tecnológica, a constante evolução e a velocidade das inovações no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) são fatores que direcionaram o Coren-SE a ampliar significativamente a quantidade de seus fornecedores e provedores de serviços nessa área.

Nosso Setor de Informática gerencia atualmente 10 (dez) contratos vigentes com fornecedores distintos de soluções de TIC. As medidas adotadas pelo setor a fim de mitigar dependências tecnológicas englobam:

- Capacitação das equipes a fim de absorver efetivamente as tecnologias contratadas junto a terceiros;
- São inseridas cláusulas explícitas que exigem das contratadas o repasse de conhecimento à nossa equipe, bem como todo o apoio técnico para a transição a uma nova contratada;
- O principal sistema corporativo do Coren-SE – IncorpWARE – foi contratado e desenvolvido por empresa terceirizada, sendo implantado no início dos anos 2000;
- Também foi realizada contratação do módulo INCORP-NET, com o objetivo de disponibilizar aos profissionais de enfermagem acesso a vários serviços online, dando praticidade e efetividade na prestação de serviços. Através deste módulo é possível que qualquer cidadão realize consulta de profissionais de enfermagem através do nome, número de inscrição ou CPF.

## DÍVIDA ATIVA

O setor de dívida ativa tem em seu quadro 2 (dois) funcionários, sendo um efetivo e outro comissionado, os quais têm a função na elaboração de processos de cobrança e atendimentos para negociação aos profissionais com débitos vencidos.

Foram identificados no início do ano de 2018, 12763 processos administrativos fiscais, 5873 processos Cadin e 1733 títulos protestados gerados no sistema (plataforma IncorpWARE) com o objetivo de gerenciar a cobrança de profissionais inadimplentes.

Na data de 31/12/2018, quando compilados dados relativos à adimplência e inadimplência, resultou em 12089 profissionais inadimplentes.

## Principais resultados

O processo de cobrança teve atualização de 2928 processos que resultaram num montante de 1733 protestos e um total de 4313 atendimentos em 2018, com uma arrecadação de 886.466,97 (oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos) relativos aos valores de cobrança deste setor.





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## Prioridades e metas

Este setor tem como prioridade a completa atualização dos processos fiscais, criação de novos processos em face de novas contribuições geradas e não pagas.

### Inovações e melhorias implementadas

Com base em um plano de ação originado entre discussões dos membros dos setores de dívida ativa, tecnologia da informação e diretoria executiva, foram elaboradas as estratégias abaixo com seu respectivo status quanto a sua efetiva implementação.

Estratégias-Plano de Ação	Descrição	Origem	Área Responsável	Status
Criação de Convênio para terceirização no atendimento	Possibilidade de terceirizar serviço de atendimento em unidades prestadoras no estado de Sergipe, a exemplo do CEAC, que, a partir de termo de cooperação/convênio, ampliar o número de atendimento aos Profissionais de enfermagem garantindo o melhor acesso em todo o Estado de Sergipe.	Memorando 023.2018 - Dívida Ativa (Visita Técnica Cofen)	Presidência	Finalizado
Novas Contratações	Contratação de Estagiários	Reuniões diversas	Presidência	Finalizado
Atualização de Endereço	Controle efetivo das atualizações de endereço de cada profissional atendido, bem como, daqueles que tenha sido encaminhado notificações, como forma de reduzir gastos com postagem.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Atendimento; Dívida Ativa	Iniciado
Aumento de Parcelas	Possibilidade de aumentar a quantidade de parcelamento, do atual 5x para no máximo 12x, mantendo-se os juros e	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Plenário	Iniciado



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



	multa.			
Continuidade de negociação/Renovação de Parcelas	Não parcelar débitos outrora parcelados que não foram pagos, oriundo de negociações já acordadas, dando seqüência à cobrança das parcelas vencidas.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado
Continuidade e aumento no número de fiscalizações	Manutenção de veículos; Aumento da Frota.	Reuniões diversas	Departamento de Fiscalização	Iniciado
Diminuição das tarifas pagas ao banco	Formalização de contrato com o banco; Negociações com outro banco.	Reuniões diversas	Presidência	Iniciado
Negociações paradas	Análise quanto a quantidade de inadimplentes que não dão prosseguimento a negociações acordadas.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado
Negociações Arrecadação X	Estudo quanto à quantidade de negociação efetuado no ano versus a arrecadação, como forma de elaborar novas estratégias para cobranças futuras.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado
Novos Processos (PAFs)	Continuidade de criação de novos processos administrativos fiscais a partir dos débitos não prescritos.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado
Organização de PADs	Organização dos PADs, quanto a documentação a ser anexada e informada a respectiva fase no sistema.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado
Parceria com RTs	Campanhas junto aos profissionais como forma de esclarecer a importância do Conselho de Enfermagem.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Plenário	Iniciado



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



Profissionais Inseridos no CADIN	Organização de Pads Cadin: Retirada de Profissionais do CADIN onde seus débitos estão prescritos ou decadentes, como forma de evitar possíveis prejuízos ao órgão através de ações ajuizadas.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado
Profissionais por instituição em que trabalha	Análise quanto aos profissionais inadimplentes por local de trabalho, nas esferas pública e privada.	Relatório 001/2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa	Iniciado

### Principais desafios e ações futuras

Com base, também, no plano de ação, abaixo os projetos a serem implementados futuramente.

Estratégias-Plano de Ação	Descrição	Origem	Área Responsável	Status
Adesão ao uso de cartão de crédito e de débito para pagamento de negociações de dívida	Disponibilizar outras formas de pagamento ao profissional ao tempo em que garante ao regional o recebimento das negociações firmadas.	Reuniões diversas	Presidência	Não Iniciado
Aperfeiçoar o sistema de cobrança de dívida ativa: Análise de novo Sistema	A análise de sistema para gerenciamento de cadastro dos profissionais, ou, aquisição de novo sistema através de licitação.	Memorando 023.2018 - Dívida Ativa (Visita Técnica Cofen)	Tecnologia da Informação	Não Iniciado
Análise de profissionais junto aos	Possibilidade de convenio junto aos cartórios quanto a análise de profissionais em óbito (emissão de	Memorando 023.2018 - Dívida Ativa	Dívida Ativa; Presidência	Não Iniciado



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



cartórios (se falecido ou não)	certidão de óbito); Parceria junto ao TRE para atualização dos dados.	(Visita Técnica Cofen)		
Análise na resposta às notificações encaminhadas	Análise do quantitativo de profissionais que responderam à notificações enviadas, considerando o custo de carta registrada.	Relatório 001/2018 - Divida Ativa	Divida Ativa	Não Iniciado
Cobrança de Único Débito em aberto	Cobrança efetiva de profissionais com único débito, como forma de melhorar arrecadação daqueles que pouco devem ao conselho.	Relatório 001/2018 - Divida Ativa	Divida Ativa	Não Iniciado
Economia / Análise do envio de Notificações	Análise mais aprofundada quanto ao envio de notificações no ano, face ao custo de cada notificação ser enviado com AR, considerando o custo por cada carta registrada enviada pelos correios.	Relatório 001/2018 - Divida Ativa	Divida Ativa	Não Iniciado



## CAPÍTULO 4 - RESULTADOS DA GESTÃO

Nos últimos anos passamos por grandes mudanças de gerenciamento que trouxeram reflexos para a gestão dos nossos capitais. Fruto dessas mudanças, houve uma readequação do efetivo e o início de um processo de transformação na forma como gerimos o capital humano, levando sempre em conta que são as pessoas que possibilitam a existência, a inovação e a sustentabilidade do nosso negócio.

Estratégias-Plano de Ação	Descrição	Área Responsável	Status
Adesão ao uso de cartão de crédito e de débito para pagamento de negociações de dívida	Disponibilizar outras formas de pagamento ao profissional ao tempo em que garante ao regional o recebimento das negociações firmadas.	Presidência	Não Iniciado
Aperfeiçoar o sistema de cobrança de dívida ativa: Análise de novo Sistema	A análise de sistema para gerenciamento de cadastro dos profissionais, ou, aquisição de novo sistema através de licitação.	Tecnologia da Informação	Não Iniciado
Análise de profissionais junto aos cartórios (se falecido ou não)	Possibilidade de convenio junto aos cartórios quanto a análise de profissionais em óbito (emissão de certidão de óbito); Parceria junto ao TRE para atualização dos dados.	Dívida Ativa; Presidência	Não Iniciado
Análise na resposta às notificações encaminhadas	Análise do quantitativo de profissionais que responderam às notificações enviadas, considerando o custo de carta registrada.	Dívida Ativa	Não Iniciado
Atualização de Endereço	Controle efetivo das atualizações de endereço de cada profissional atendido, bem como, daqueles que tenha sido encaminhado notificações, como forma de reduzir gastos com postagem.	Atendimento; Dívida Ativa	Iniciado
Continuidade de negociação/Renovação de Parcelas	Não parcelar débitos outrora parcelados que não foram pagos, oriundo de negociações já acordadas, dando sequência à cobrança das parcelas vencidas.	Dívida Ativa	Iniciado
Continuidade e aumento no número de fiscalizações	Manutenção de veículos; Aumento da Frota.	Departamento de Fiscalização	Iniciado



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



Criação de Convênio para terceirização no atendimento	Possibilidade de terceirizar serviço de atendimento em unidades prestadoras no estado de Sergipe, a exemplo do CEAC, que, a partir de termo de cooperação/convênio, ampliar o número de atendimento aos Profissionais de enfermagem garantindo o melhor acesso em todo o Estado de Sergipe.	Presidência	Iniciado
Diminuição das tarifas pagas ao banco	Formalização de contrato com o banco; Negociações com outro banco.	Presidência	Iniciado
Economia / Análise do envio de Notificações	Análise mais aprofundada quanto ao envio de notificações no ano, face ao custo de cada notificação ser enviado com AR, considerando o custo por cada carta registrada enviada pelos correios.	Dívida Ativa	Não Iniciado
Negociações paradas e regulares	Análise quanto a quantidade de inadimplentes que não dão prosseguimento de negociações acordadas.	Dívida Ativa	Iniciado
Negociações X Arrecadação	Estudo quanto à quantidade de negociação efetuado no ano versus a arrecadação, como forma de elaborar novas estratégias para cobranças futuras.	Dívida Ativa	Iniciado
Novas Contratações	Contratação de Estagiários	Presidência	Iniciado
Novos Processos (PAFs)	Continuidade de criação de novos processos administrativos fiscais a partir dos débitos não prescritos.	Dívida Ativa	Iniciado
Organização de PADS	Organização dos PADS, quanto a documentação a ser anexada e informada a respectiva fase no sistema.	Dívida Ativa	Iniciado
Parceria com RTs	Efetiva parceria junto aos responsáveis técnicos e as respectivas entidades representantes, através de campanhas junto aos profissionais como forma de esclarecer a importância do Conselho de Enfermagem.	Plenário	Iniciado
Plano de Economia na geração de Cobrança / Separação de bom pagador do mal pagador	Criação de um plano de economia, no sentido de separar o bom e mal pagador onde reflitam na postagem documentos, registro e impressão de boletos.	Dívida Ativa	Não Iniciado
Profissionais Inseridos no CADIN	Organização de Pads Cadin: Retirada de Profissionais do CADIN onde seus débitos estão prescritos ou decadentes, como forma de evitar possíveis prejuízos ao órgão através de ações ajuizadas.	Dívida Ativa	Iniciado
Profissionais por instituição em que trabalha	Análise quanto aos profissionais inadimplentes por local de trabalho, nas esferas pública e privada.	Dívida Ativa	Iniciado



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



A expansão das nossas fronteiras, com a manutenção de nosso parque computacional, tal como desktops e do datacenter para a execução dos serviços de TI da sede foi um grande marco para nós, que permitiu a superação de desafios e o desenvolvimento de tecnologias, refletindo o valor do **CAPITAL NATURAL**.

O conhecimento não se encontra apenas nos documentos, livros, bases de dados e sistemas de informação, mas também nos processos de negócio, nas práticas dos grupos e na experiência acumulada pelas pessoas. É justamente aí que entram as práticas de gestão do conhecimento, uma forma de mobilizar o conhecimento por meio do compartilhamento de experiências e vivências. No âmbito de nossa gestão do conhecimento, aprimoramos o nosso **CAPITAL INTELECTUAL** por meio do desenvolvimento de pessoas e tecnologias.

O **CAPITAL INTELECTUAL** no Conselho é definido como a resultante da combinação dos conhecimentos de nosso corpo técnico e das nossas tecnologias a serviço dos profissionais e empresas da enfermagem como um todo e a sociedade. Se analisarmos nossa missão, que está conectada à nossa Cadeia de Valor, percebemos que a aplicação de todo nosso capital intelectual está presente também na disponibilização da transparência, desburocratização, eficiência e rapidez no acesso aos serviços prestados aos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliar Técnico, empresas e sociedade, facilitando para o cidadão e para as empresas o cumprimento das suas obrigações e o acesso a informações de seu interesse.

As pessoas são percebidas como atores que atuam em macroprocessos de negócio e as tecnologias são utilizadas para suportar esses mesmos processos. Esses macroprocessos podem ser compreendidos como um conjunto de ações, realizadas em uma sequência definida, para a geração de resultados para partes interessadas. Como forma de valorização do nosso capital humano, investimos um total de R\$ 385.889,24 (Trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) em gratificações e auxílios, mediante critérios de elegibilidade pré-estabelecidos, contemplando 16 funcionários efetivos com 316.640,14 (trezentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta reais e dezesseis centavos) e 6 funcionários comissionados, com R\$ 69.249,10 (sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e dez centavos).

Em 2018, celebramos compromissos com cerca de 31 fornecedores através de licitação, distribuídos novos contratos e aditivos. Em virtude da legislação pública, nossos fornecedores devem cumprir política de responsabilidade social, normas de segurança e meio ambiente e saúde.

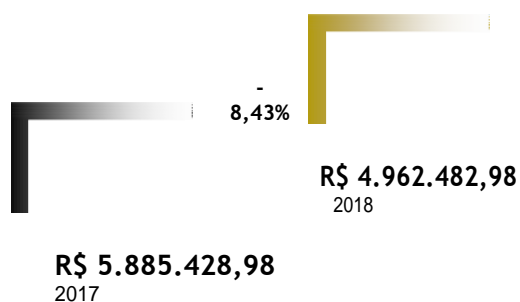


## CAPÍTULO 5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E AREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

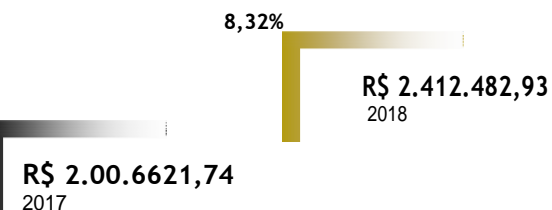
### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No período de janeiro a dezembro de 2018, alcançamos uma arrecadação de R\$ 4.962.482,98 ( Quatro Milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) o que representou um decréscimo de 8,43% em relação ao ano de 2017. Esse resultado de 2017 foi alcançado devido a construção da nova sede o que se refere a receita de capital transferida do Conselho Federal. Se formos considerar somente as receitas correntes de 2017(4.148.173,47) e 2018 (4.660.602,96), obtivemos um resultado superior em 8.90%

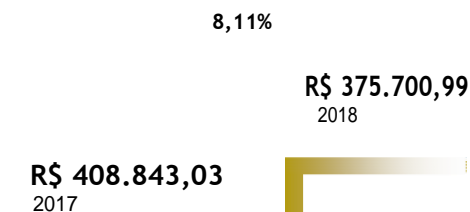
#### ARRECADAÇÃO TOTAL EM 2018



#### ANUIDADE



#### SERVIÇOS



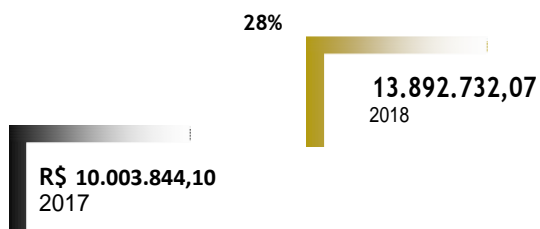




**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



**DÍVIDA ATIVA**



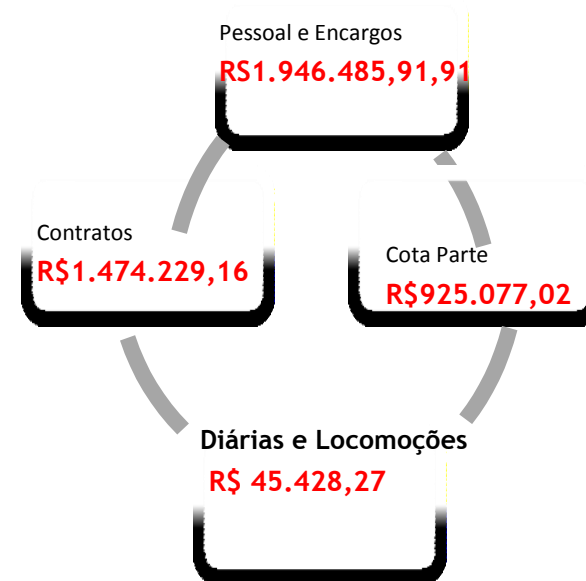
Nosso orçamento atende ao princípio do orçamento bruto. Nossa programação orçamentária não depende do orçamento da União, e nossas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais e empresas de saúde, dos emolumentos, anotações de responsabilidade técnica, multas de infração e outras previstas na legislação.

Enviamos nossa Proposta Orçamentária no dia 30 de outubro de cada ano para o COFEN; em atendimento do disposto no artigo 2º, da Resolução Cofen 503/2016., e essa mesma norma, em seu artigo 2º, § 5º, autoriza aos COREN's, anualmente, a modificarem seus orçamentos por meios de reformulações orçamentárias.

No exercício de 2018 foram realizadas quatro reformulações orçamentárias.

• Orçamento inicial	• 4.693.012,98
• Primeira reformulação	• 4.870.012,98
• Segunda reformulação	• 5.605.635,22
• Terceira reformulação	• 5.705.565,64
• Quarta reformulação	• 6.261.039,18

O valor pago em 2018 totalizou R\$ 4.391.220,36 (Quatro milhões trezentos e noventa e um mil duzentos e vinte reais e trinta e seis centavos), sendo a diferença entre o valor empenhado e pago de R\$ 199,216,97 (Cento e noventa e nove mil duzentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), que foram classificados como Restos a Pagar Processados e não processados, isso ocorre em virtude do calendário de pagamentos cujos vencimentos foram para o ano seguinte.





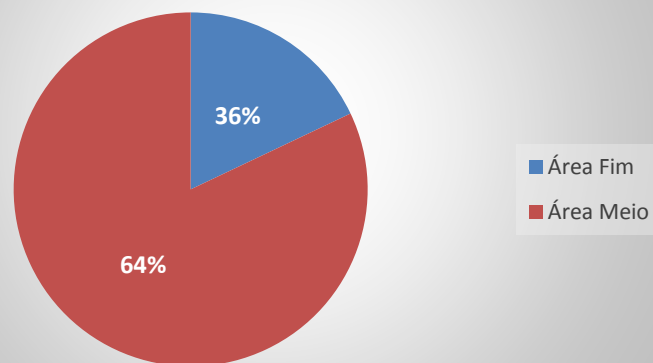
## GESTÃO DE PESSOAS

Demonstramos os indicativos contendo as principais rubricas de despesas com o pessoal para o ano de 2018, subdivididas entre despesas com funcionários do grupo de carreira e despesas com funcionários ocupantes de cargo em comissão. Nosso quadro de pessoal, é composto por basicamente de 16 cargos de carreira e 06 de livre nomeação.

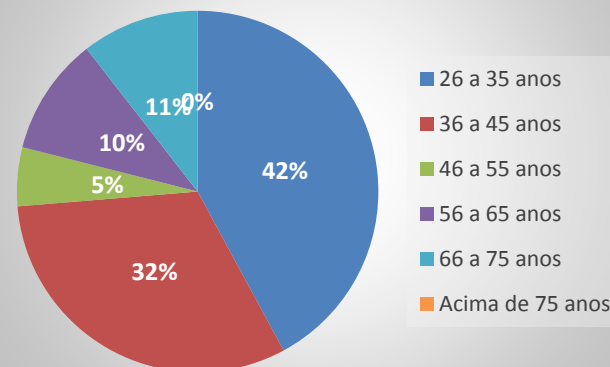
O ano de 2018 caracterizou-se por adequações na estrutura organizacional pela Gestão Administrativa do Coren-SE, o que impactou diretamente na composição de nosso quadro de pessoal, em especial nos cargos de livre provimento. Quanto à distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e fim, verifica-se maior concentração na primeira, representando (64%), significa que o maior foco está na atividade meio da autarquia, representado por 36% na área fim.

Aproximadamente 26% dos funcionários possui idade acima de 46 anos, como também, 42% do quadro tem idade inferior a 35 anos e na faixa de 36 a 45 anos o percentual é de 32%.

CONTRATAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO  
ÁREA MEIO / ÁREA FIM



POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

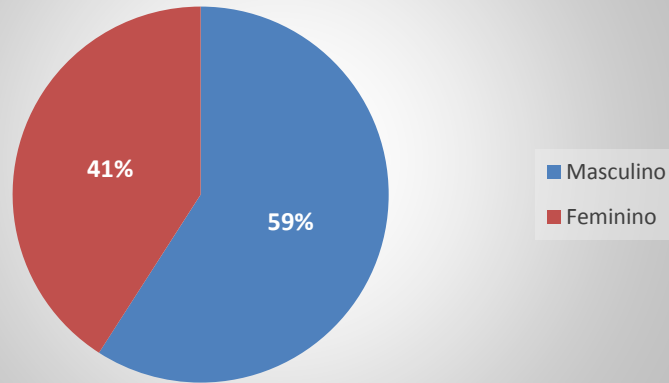




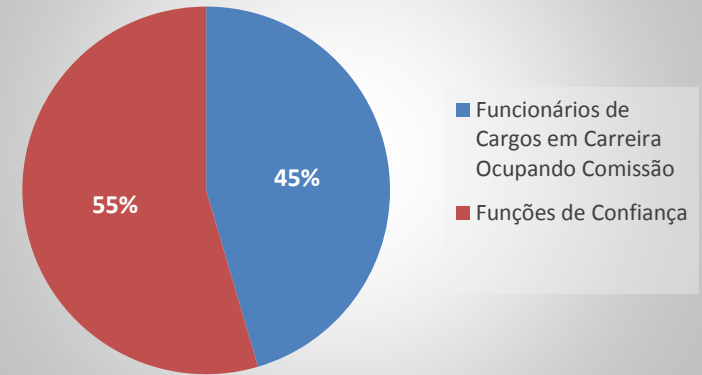
**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



**POPULAÇÃO POR SEXO**



**OCUPANTES DE CARGO DE GESTÃO**





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Funcionários em cargos efetivos	1	16	1	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Funcionários de carreira	0	10	0	0
1.2.1 Funcionários de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2 Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5 Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	1	6	1	0
2. Funcionários com contratos temporários	0	0	0	0
3. Funcionários ocupantes de cargos em comissão - livre provimento com contrato de trabalho	0	6	5	6
<b>4. Total de servidores (DEZ/2018)</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

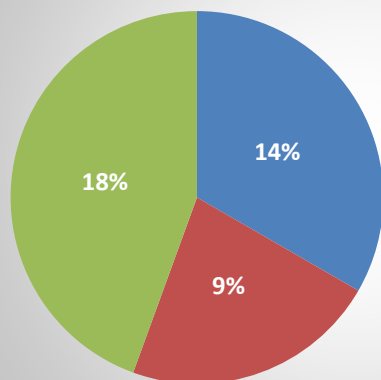
TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Funcionários de carreira	0	0
1.1. Funcionários de carreira	0	0
1.1.2 Funcionários de carreira vinculada ao órgão	3	8
1.1.3 Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4 Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5 Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.6 Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	5	0
2. Funcionários com contratos temporários	0	0
3. Funcionários sem vínculo com a Administração Pública (cargos em comissão - livre provimento com contrato de trabalho)	6	0
4. Total de Funcionários DEZ/2018 (1+2+3)	14	8
	<b>64%</b>	<b>36%</b>



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73

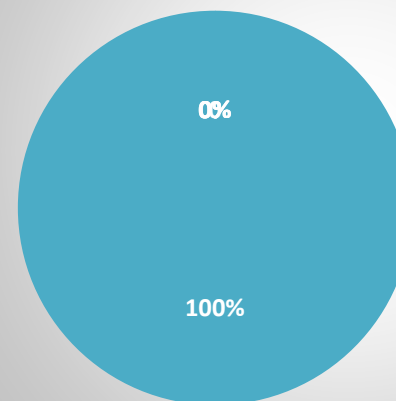


### TEMPO DE SERVIÇO



- Funcionários com tempo de serviço maior que 20 anos
- Aposentados com tempo de serviço maior que 20 anos de carreira no Coren-SE
- Aposentados Geral

### TOTAL DE DESLIGAMENTO POR TIPO DE VÍNCULO



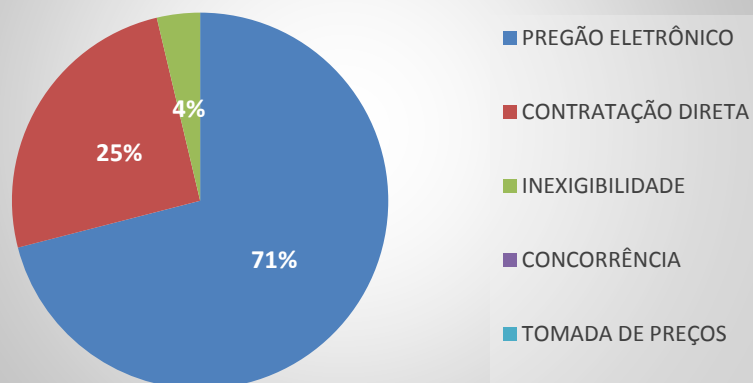
- Aposentadoria Estatutária
- Contrato nulo
- Inic. Empresa c/ justa causa
- Inic. empresa s/ justa causa
- Outros motivos de rescisão



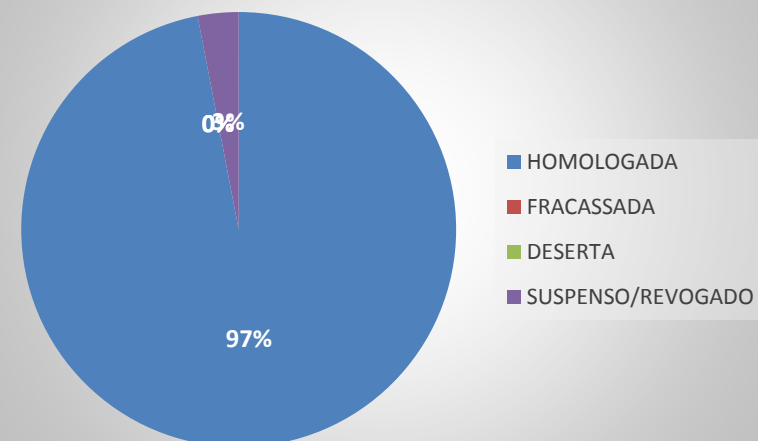


## GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

### MÉDIA DE VALORES POR PROCEDIMENTOS

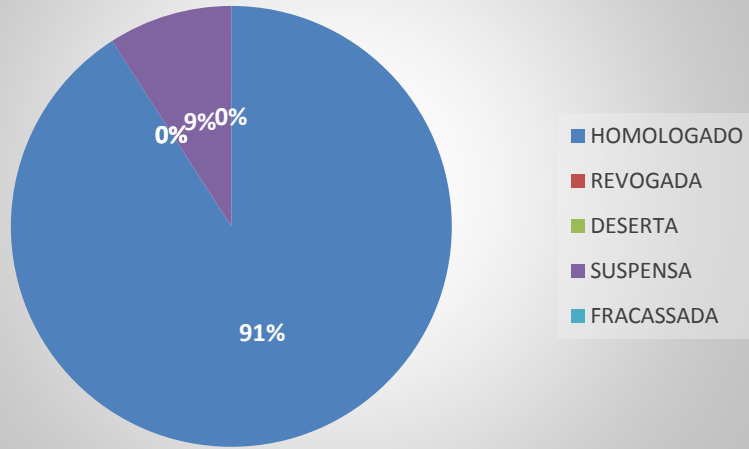


### QUANTIDADE POR LOTES

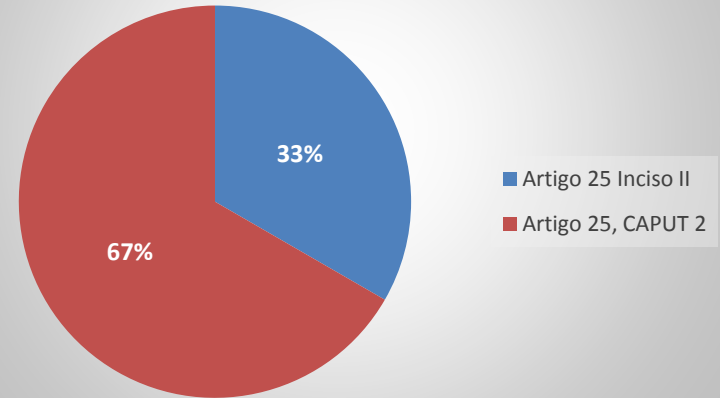




### PREGÃO ELETRÔNICO



### MÉDIA DE VALORES CONTRATAÇÃO – ART. 25



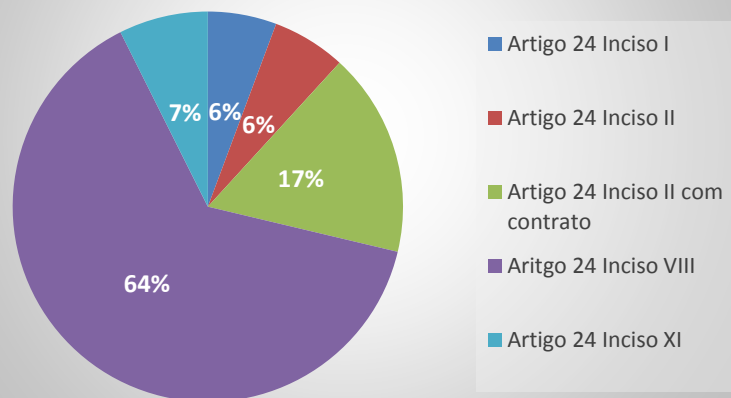




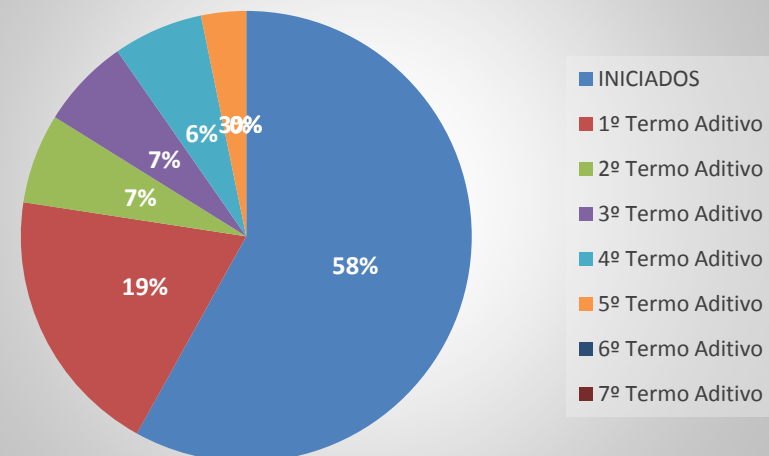
**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



**MÉDIA DE VALORES  
CONTRATAÇÃO - ARTIGO 24**



**CONTRATOS**

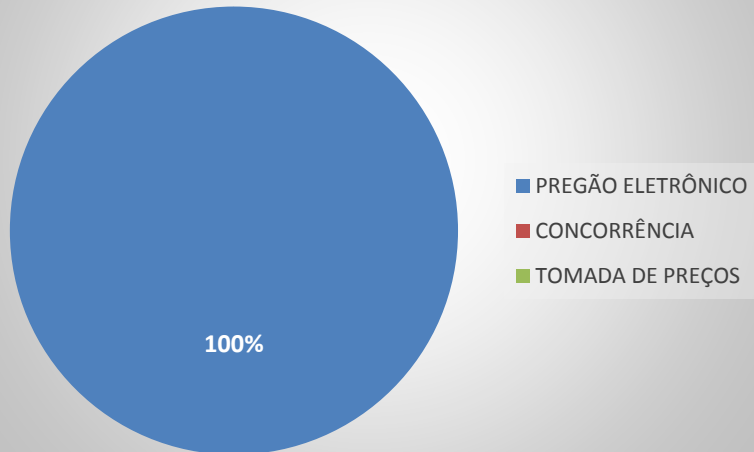




**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



**MÉDIA DE VALORES  
CONTRATAÇÃO**





## GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Contratação e gestão de diversos serviços administrativos com atividades nas áreas de zeladoria, limpeza, segurança patrimonial, postagem, motoristas e distribuição de correspondências, copa, coleta de lixo e recicláveis e, seguro predial, atividades junto a órgãos oficiais e concessionárias de serviços públicos, controle e pagamento de água, energia elétrica, gás, IPTU, taxa do lixo.

Segue atividades relacionadas a nossa gestão patrimonial

PATRIMÔNIO	
ATIVIDADE	QUANTIDADE
AUTORIZAÇÕES DE TRANSPORTES EMITIDAS	2.018
TERMO DE TRANSFERÊNCIA EMITIDOS	140
TERMO DE RESPONSABILIDADE EMITIDOS	412
MOVIMENTAÇÕES DE BENS PATRIMONIAIS REALIZADAS	01
CONFERÊNCIA DE MOVIMENTAÇÕES PATRIMONIAIS	0
RELATÓRIOS EMITIDOS	12
BENS NOVOS RECEBIDOS/ ONFERIDOS/ CADASTRADOS	01
DEMAIS BENS RECEBIDOS/ CONFERIDOS DE DIVERSAS UNIDADES	0



## GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atualmente não possuímos Plano Diretor de Tecnologia da Informação, entretanto é necessário para planejamento e investimento em TI, contemplando inclusive um modelo de governança para orientar, direcionar e organizar os projetos e ações relacionados direta ou indiretamente com a Tecnologia da Informação (TI) no Conselho.

O Setor de Tecnologia da Informação é responsável pela implantação, manutenção e coordenação de todo ambiente computacional do COREN-SE no sentido de garantir o funcionamento ininterrupto dos recursos de informática deste regional, tais como: Desktops e Notebooks; Servidores; Redes; Link de internet; Softwares; Sistemas corporativos; Banco de dados; Segurança da informação e Atualização tecnológica.

O robusto Datacenter do COREN-SE, apresenta ótimo desempenho, o que garante que todos os sistemas sejam executados ininterruptamente.

No ano de 2018 conseguimos implantar o Sistema de Chamados GLPI, Portal da Transparência, integração do sistema de folha de pagamento com a contabilidade, contratação de vigilância eletrônica, telefonia fixa, dentre outros.

No setor de tecnologia existe apenas 1 servidor, sendo ele efetivo, sendo o mesmo sobrecarregado pelo grande volume de trabalho.

Por ser um Conselho Regional de porte pequeno, o setor de TI não é separado por unidades e departamentos, ou seja, um único servidor é responsável por todo o suporte, planejamento e atendimento aos usuários.

A grande maioria dos sistemas do COREN-SE não são centralizados no Conselho Federal de Enfermagem, gerando um grande fluxo de trabalho, sendo necessário ampliar o quadro de pessoal.

### Projetos de TI em 2018:

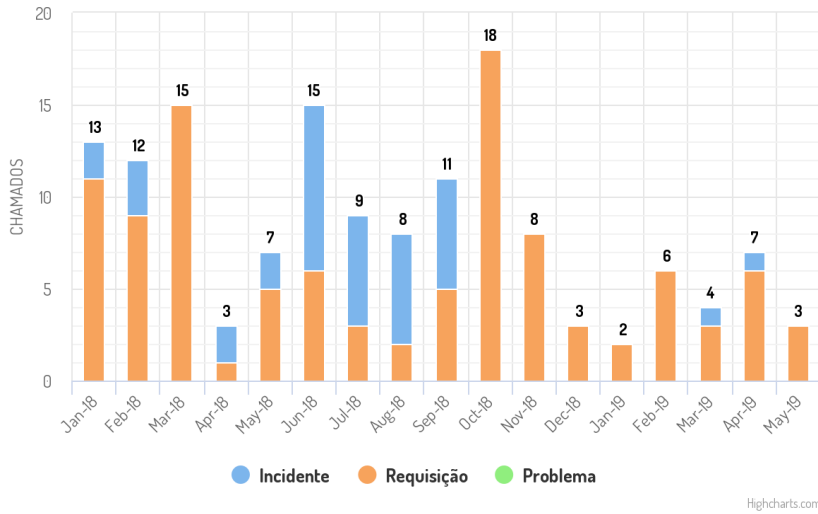
PROJETO	RESULTADOS
SERVIÇOS DE TELEFONIA	Visa proporcionar a continuidade da prestação dos serviços de telefonia fixa comutada.
SERVIÇO DE HOSPEDAGEM DE SITE E E-MAIL	Visa melhorar a comunicação interna e externa dos servidores e conselheiros do COREN-SE, através do correio eletrônico.

PROJETO	RESULTADOS
Sistema de Chamados – GLPI	Melhora a consolidação de dados de chamados ao setor de TI pelos setores e departamentos do COREN-SE

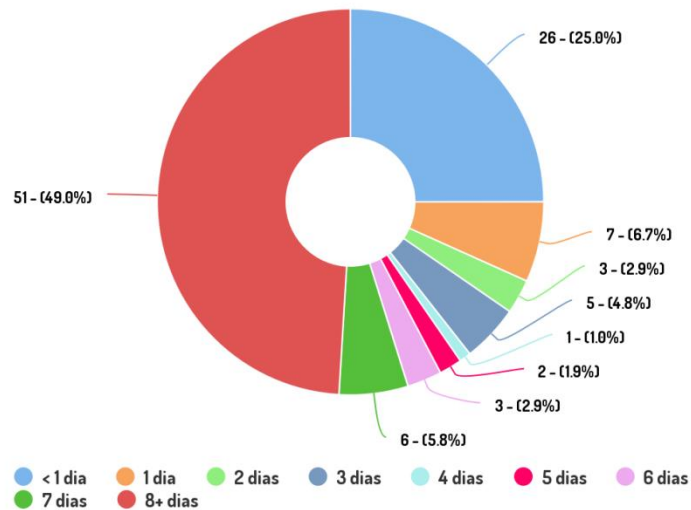


## RELATÓRIOS DE ATENDIMENTOS DE CHAMADOS - GLPI

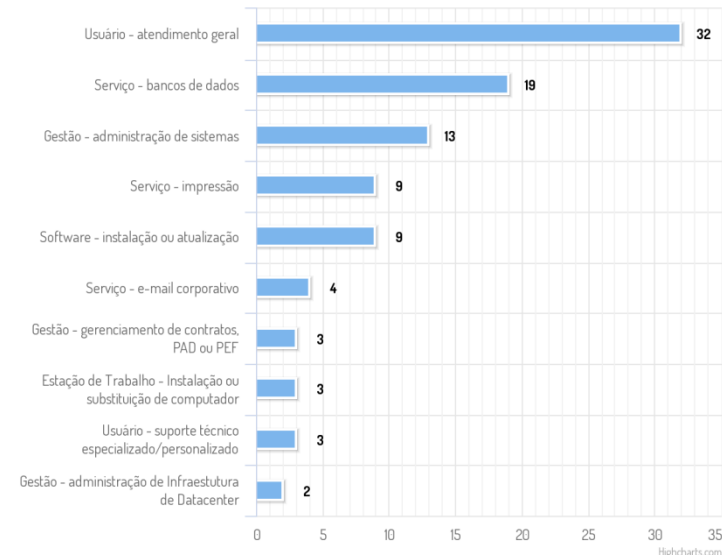
CHAMADOS POR TIPO



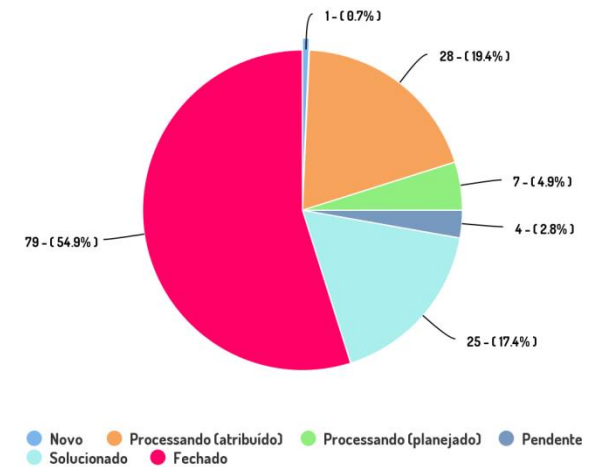
TEMPO DE SOLUÇÃO DE CHAMADOS



TOP 10 - CHAMADOS POR CATEGORIA



CHAMADOS POR STATUS





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Realizamos serviço de manutenção, apoio técnico operacional e gerenciamento completo para nossa frota. Essa ação visa agilidade em nossa atividade fim reduzindo impactos de gases para a sociedade. Essa foi uma ação de redução de consumo de recursos naturais uma vez que se trata de redução de resíduos poluentes.

Temos evoluído na revisão de processos e implantação de sistemas visando ações para redução de resíduos poluentes entre os quais a execução de serviços de coleta seletiva de recicláveis e coleta de lixo/resíduos orgânicos. Em maior ou menor escala temos uma metodologia para o descarte de lâmpadas e outros resíduos perigosos



## DECLARAÇÃO DO CONTADOR



Consoante a NBCT 16.1 (2008), devidamente atualizada, a contabilidade aplicada ao setor público é um ramo da ciência contábil que, na geração de informações, aplica os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades governamentais.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2013), a contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público. Tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Slomski (2013) destaca que a contabilidade aplicada ao setor público objetiva demonstrar o patrimônio da entidade, evidenciando os atos e fatos relativos à administração orçamentária e os atos ligados aos eventos da sua gestão financeira e patrimonial. O seu objeto é o patrimônio público e, através do fornecimento de informações a ele relacionada, desenvolve sua função social de apoio à tomada de decisões, à prestação de contas de gestão e à instrumentalização do controle social (CRCRS, 2013).

Para Piscitelli e Timbó (2010), as pessoas jurídicas de Direito Público Interno, como a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias, fundações públicas e empresas públicas (quando utilizam recursos do Orçamento Público) compõem o campo de atuação da contabilidade aplicada ao setor público.

Compreende-se que a contabilidade aplicada ao setor público busca fornecer, para seus usuários, informações de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades governamentais, auxiliando, assim, no controle social. E ela objetiva demonstrar o patrimônio público, que é o seu objeto. Para que possam ser prestadas informações contábeis das mais diversas naturezas e para que haja uniformidade na escrituração contábil de todos os entes governamentais, torna-se imprescindível a utilização de um plano de contas padrão.

Do exposto, declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações

Patrimoniais previstas na Lei 4.320 de 17/03/1964) relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária; financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão de 2018.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Aracaju (SE), 23 de maio de 2019.

---

José Miraldo de Melo Fontes  
Contador(a) CRC-005939/0-3/SE



## **CAPÍTULO 6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior.

### **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

Nossos equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 30 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização e constam da nota explicativa 1.

### **CRÉDITOS DE ANUIDADES**

Nossos créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício, pelo valor pago conforme proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do Conselho. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido passa a ser Dívida Ativa e são tomadas as devidas providências para acerto com os devedores. Dados mais específicos constam da nota explicativa 2.

### **ESTOQUES**

Nossos estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente conforme consta em nota explicativa 4.





## IMOBILIZADO

Nosso imobilizado foi avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas.

Nossos bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado não passaram pelo processo de reavaliação. o que vai de encontro as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. Atendendo à NBC T 16.9. os imóveis do COREN - SE passam por processo de reavaliação quando da mudança para nova Sede para ocorrer em 2019

Os bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2017 estão sendo depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na NBC T nº /2018, conforme segue: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha 10 anos; Veículos 5 anos, Equipamentos Processamento de Dados 5 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária. Maiores explicações estão na nota explicativa 6.

## OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

## FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Vide nota explicativa 11



## PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando o Conselho possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião da área jurídica do Conselho.

Implantação de política contábil- Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis).

Base de mensuração - O COREN-SE adota as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da área Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Não houve, no exercício de 2018, qualquer provisionamento de valor a ser dispendido a título de pagamento de ações judiciais, tendo-se em vista que não havia ações em fase de execução contra o COREN-SE e, portanto, não houve a necessidade dessa forma de pagamento, razão pela qual não se fez o provisionamento.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### Balanço Patrimonial Ativo Circulante

ATIVO	NE	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	642.214,37	260.648,02
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2	0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3	43.629,32	43.629,32
ESTOQUES	4	11.895,28	8.916,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	5	1.566,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>699.304,97</b>	<b>313.193,51</b>

### Balanço Patrimonial Ativo Não Circulante

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.990.168,08	5.862.625,31
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		230.671,12	230.671,12
CRÉDITOS LONGO PRAZO	6	230.671,12	230.671,12
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	6	230.671,12	230.671,12
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	7	0,00	0,00
IMOBILIZADO	8	5.963.265,68	5.631.954,19
BENS MÓVEIS		960.375,54	1.048.557,23
BENS IMÓVEIS		5.002.890,14	4.787.165,68
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		-203.768,72	-203.768,72
INTANGÍVEIS	9	0,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.689.473,05</b>	<b>6.175.818,82</b>



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



### Balanco Patrimonial Passivo Circulante

ATIVO	NE	2018	2017
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		280.814,58	238.856,17
<i>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO</i>	10	24.186,40	0,00
<i>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</i>	11	192.643,08	187.830,52
<i>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO</i>	12	63.985,10	51.025,65
<i>OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES</i>	13	0,00	0,00
<i>PROVISÕES A CURTO PRAZO</i>	14	0,00	0,00
<i>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</i>	15	0,00	0,00
<b>PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>		6.408.658,47	5.936.962,65
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.689.473,05</b>	<b>6.175.818,82</b>

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Item	Especificação	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadada	Diferenças
<b>100000000000</b>	<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>3651573,20</b>	<b>3651573,20</b>	<b>4.660.602,96</b>	<b>1009029,76</b>
<b>200000000000</b>	<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>2844847,60</b>	<b>2844847,60</b>	<b>2968538,57</b>	<b>123690,97</b>
124000000000	CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	2844847,60	2844847,60	2968538,57	123690,97
124001000000	ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2831532,00	2831532,00	2958370,22	126838,22
124001010000	ANUIDADES DO EXERCÍCIO - P.F.	2282857,90	2282857,90	2398122,07	115264,17
124001010100	Auxiliar de Enfermagem	451784,60	451784,60	396490,76	-55293,84
124001010200	Técnico de Enfermagem	923630,30	923630,30	1027911,34	104281,04
124001010300	Enfermeiro	907443,00	907443,00	973719,97	66276,97
124001020000	ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - P.F.	548674,10	548674,10	560248,15	11574,05



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



124001020200	Técnico de Enfermagem	256079,80	256079,80	282418,66	26338,86
124001020300	Enfermeiro	127642,90	127642,90	122359,25	-5283,65
124002000000	ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	13315,60	13315,60	10168,35	-3147,25
124002010000	Anuidades Do Exercício - P.J.	13315,60	13315,60	10168,35	-3147,25
<b>130000000000</b>	<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>90737,80</b>	<b>90737,80</b>	<b>25069,93</b>	<b>-65667,87</b>
132000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	90737,80	90737,80	25069,93	-65667,87
132004000000	Juros E Correção Da Poupança	90737,80	90737,80	25069,93	-65667,87
<b>160000000000</b>	<b>RECEITAS DE SERVIÇOS</b>	<b>412940,40</b>	<b>412940,40</b>	<b>378203,73</b>	<b>-34736,67</b>
161300000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	412940,40	412940,40	378203,73	-34736,67
161301000000	Taxa De Inscrição - Pessoas Físicas	149451,60	149451,60	160287,14	10835,54
161302000000	EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA	160873,30	160873,30	109225,68	-51647,62
161302010000	Expedição de Carteiras e Cédulas	3261,40	3261,40	6,99	-3254,41
161302306000	Expedição De Carteira	157611,90	157611,90	109218,69	-48393,21
161304000000	Análise De Requerimento E Certificado De Inscrição No Quadro De Especialista	34280,90	34280,90	44913,12	10632,22
161305000000	Taxa De Inscrição - Pessoas Jurídicas	413,60	413,60	1390,73	977,13
161308000000	Taxa De Cancelamento - Pessoas Jurídicas	3035,40	3035,40	0,00	-3035,40
161311000000	Serviços De Fotocópias	22,00	22,00	106,40	84,40
1613130000	Inscrições Secundárias	2768,20	2768,20	8933,34	6165,14
1613140000	Transferência de Inscrição	9473,80	9473,80	21963,95	12490,15
1613160000	Ré inscrição /Revalidação	39189,50	39189,50	191,66	-38997,84
161399000000	OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	13432,10	13432,10	31191,71	17759,61
161399010000	Expedição de Certidões	7591,50	7591,50	0,00	-7591,50
161399020000	Outras Rendas	5232,10	5232,10	31191,71	25959,61
161399307000	Outros Serviços Administrativos	608,50	608,50	0,00	-608,50
<b>170000000000</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>937061,38</b>	<b>937061,38</b>
171000000000	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	937061,38	937061,38
171001000000	TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM -	0,00	0,00	937061,38	937061,38
171001010000	PLATEC - RESOLUÇÃO COFEN 343/2009	0,00	0,00	201439,14	201439,14
171001010200	Programa De Apoio Aos Profissionais De Enfermagem	0,00	0,00	201439,14	201439,14



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



171001020100	Fundo De Apoio Administrativo - Funad	0,00	0,00	735622,24	735622,24
<b>190000000000</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>303047,40</b>	<b>303047,40</b>	<b>351729,35</b>	<b>48681,95</b>
191000000000	MULTAS E JUROS DE MORA	241191,80	241191,80	233708,70	-7483,10
191002000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	230502,80	230502,80	231987,37	1484,57
191002010000	Multas Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	6074,30	6074,30	0,00	-6074,30
191002020000	JUROS SOBRE ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	224318,20	224318,20	231197,00	6878,80
191002020100	Juros, Multas e ATM s/ Anuidades P. Física	224318,20	224318,20	231197,00	6878,80
191002030000	Multas Sobre Anuidades De Pessoas Jurídicas	22,40	22,40	0,00	-22,40
191002040000	JUROS SOBRE ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	87,90	87,90	790,37	702,47
191002040100	Juros, Multas e ATM Pessoas Jurídicas	87,90	87,90	790,37	702,47
191004000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	10016,40	10016,40	819,14	-9197,26
191004010000	Multas De Mora Da Dívida Ativa De Pessoas Físicas	748,60	748,60	0,00	-748,60
191004030000	Juros De Mora Da Dívida Ativa De Pessoas Físicas	9267,80	9267,80	819,14	-8448,66
191009000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	672,60	672,60	902,19	229,59
191009980000	Multas De Eleições	261,60	261,60	130,10	-131,50
191009990000	Outras Multas	411,00	411,00	772,09	361,09
192000000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	553,80	553,80	0,00	-553,80
192002000000	RESTITUIÇÕES	553,80	553,80	0,00	-553,80
192002990000	Outras Restituições	553,80	553,80	0,00	-553,80
1930010100	Divida Ativa Pessoa Física Executiva	4563,10	4563,10	0,00	-4563,10
193200000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	53884,70	53884,70	114600,16	60715,46
193216000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	53884,70	53884,70	114600,16	60715,46
1932160100	Dívida Ativa Pessoa Física Administrativa	53884,70	53884,70	114600,16	60715,46
193216010000	DÍVIDA ATIVA PESSOA FÍSICA - PRINCIPAL	53884,70	53884,70	114600,16	60715,46
193216010100	Dívida Ativa em Fase Administrativa	11597,60	11597,60	34,11	-11563,49
193216010101	Anuidades	11432,30	11432,30	0,00	-11432,30
193216010102	Multas	10,20	10,20	6,85	-3,35
193216010103	Juros de Mora	155,10	155,10	27,26	-127,84



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



193216010201	Anuidades	27392,40	27392,40	68633,83	41241,43
193216010202	Multas	970,40	970,40	2412,13	1441,73
193216010203	Juros de Mora	13924,30	13924,30	43520,09	29595,79
199000000000	RECEITAS DIVERSAS	2854,00	2854,00	3420,49	566,49
199099000000	OUTRAS RECEITAS	2854,00	2854,00	3420,49	566,49
199099030000	Receitas Não Identificadas	428,20	428,20	0,00	-428,20
199099040000	Outras Restituições De Conselheiros	220,90	220,90	186,69	-34,21
199099060000	Recuperação De Despesas Bancárias	1017,40	1017,40	2930,84	1913,44
1990990700	Receitas Identificadas	1187,50	1187,50	302,96	-884,54
199099070000	Recitas Identificadas	1187,50	1187,50	302,96	-884,54
<b>200000000000</b>	<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1041439,78</b>	<b>1041439,78</b>	<b>301880,02</b>	<b>-739559,76</b>
<b>220000000000</b>	<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>1041439,78</b>	<b>1041439,78</b>	<b>301880,02</b>	<b>-739559,76</b>
2241010000	PLATEC - Resolução Cofen 343/2009	1041439,78	1041439,78	301880,02	-739559,76
Total		<b>4.693.012,98</b>	<b>4.693.012,98</b>	<b>4962482,98</b>	<b>269.470,00</b>

### Balço Orçamentário Despesas

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos Acumulados	Liquidações Acumuladas	Pagamentos acumulados	Saldos	
		Adição	Anulação					A Pagar	Disponível
<b>01 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM</b>	<b>4.693.012,98</b>	<b>2.733.753,22</b>	<b>1.165.727,02</b>	<b>6.261.039,18</b>	<b>4.590.437,33</b>	<b>4.426.899,76</b>	<b>4.391.220,36</b>	<b>199.216,97</b>	<b>1.670.601,85</b>
<b>0101 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM</b>	<b>4.693.012,98</b>	<b>2.733.753,22</b>	<b>1.165.727,02</b>	<b>6.261.039,18</b>	<b>4.590.437,33</b>	<b>4.426.899,76</b>	<b>4.391.220,36</b>	<b>199.216,97</b>	<b>1.670.601,85</b>
<b>1001-Manutenção do Conselho</b>	<b>4.693.012,98</b>	<b>2.733.753,22</b>	<b>1.165.727,02</b>	<b>6.261.039,18</b>	<b>4.590.437,33</b>	<b>4.426.899,76</b>	<b>4.391.220,36</b>	<b>199.216,97</b>	<b>1.670.601,85</b>
319011010000 0100100-Salários	981.512,50	44.875,39	34.868,17	991.519,72	973.412,62	973.412,62	973.412,62	0,00	18.107,10
319011020000	127.745,60	94.122,24	0,00	221.867,84	190.578,34	190.578,34	190.578,34	0,00	31.289,50









**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## Consumo

339033010000 0100100-Passagens Conselheiros	7.810,00	8.190,00	0,00	16.000,00	11.961,12	11.961,12	11.961,12	0,00	4.038,88
339033020000 0100100-Passagens Servidores	7.421,30	2.578,70	0,00	10.000,00	7.199,90	7.199,90	7.199,90	0,00	2.800,10
339033030000 0100100-Passagens Colaboradores	6.691,00	0,00	0,00	6.691,00	2.972,79	2.972,79	2.972,79	0,00	3.718,21
339036010000 0100100-Estagiários	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00	11.406,74	11.406,74	11.406,74	0,00	12.593,26
339037010000 0100100-Serviços de Segurança	103.415,50	10.000,00	0,00	113.415,50	110.007,88	110.007,88	110.007,88	0,00	3.407,62
339039002029 0100100-Serviços Médicos, Hospitalares, Odontológicos, Farmacêuticos e Afins	5.220,00	19.780,00	10.852,70	14.147,30	5.174,92	5.174,92	5.174,92	0,00	8.972,38
339039002099 0100100-Serviço de Impressão	10.326,00	2.674,00	0,00	13.000,00	9.307,14	9.307,14	9.307,14	0,00	3.692,86
339039010200 0100100-Serviços Gerais De Limpeza E Higienização	143.129,00	0,00	18.318,25	124.810,75	121.000,94	112.342,67	112.342,67	8.658,27	3.809,81
339039019900 0100100-Outros Serviços Terceirizados	2.000,00	49.000,00	0,00	51.000,00	2.096,00	2.096,00	2.096,00	0,00	48.904,00
339039020100 0100100-Impostos e Taxas	426,20	5.000,00	0,00	5.426,20	4.527,68	4.527,68	4.407,68	120,00	898,52
339039020200 0100100-Água e	7.341,20	8.658,80	0,00	16.000,00	12.744,27	12.023,12	12.023,12	721,15	3.255,73



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## Esgoto

339039020300 0100100- Correspondência E Cobrança	58.665,00	60.000,00	0,00	118.665,00	105.050,00	85.827,83	85.827,83	19.222,17	13.615,00
339039020500 0100100-Divulgações Diversas	22.734,70	0,00	0,00	22.734,70	20.511,04	20.511,04	20.511,04	0,00	2.223,66
339039020700 0100100-Energia Elétrica	45.140,18	33.859,82	0,00	79.000,00	61.169,40	56.640,09	56.640,09	4.529,31	17.830,60
339039020800 0100100- Fotocópias, Microfilmagens E Digitalização	50.937,60	0,00	0,00	50.937,60	50.402,08	46.901,68	46.901,68	3.500,40	535,52
339039020900 0100100- Tarifas Bancárias - Cobrança	86.445,00	91.220,44	0,00	177.665,44	160.430,75	160.430,75	160.430,75	0,00	17.234,69
339039021000 0100100- Fretes E Carretos	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00	7.900,00	0,00	0,00	7.900,00	37.100,00
339039021200 0100100- Jornal, Rádio E Tv	4.955,50	0,00	0,00	4.955,50	768,00	768,00	576,00	192,00	4.187,50
339039021400 0100100- Locação De Bens Móveis	16.327,00	9.700,00	0,00	26.027,00	19.364,90	17.819,20	17.819,20	1.545,70	6.662,10
339039021500 0100100- Locação De Software	72.435,00	14.565,00	0,00	87.000,00	81.741,97	71.126,13	65.309,45	16.432,52	5.258,03
339039021601 0100100- Manutenção de Equip. Inform. Rede/Software	1.092,50	73.000,00	0,00	74.092,50	0,00	0,00	0,00	0,00	74.092,50
339039021603 0100100- Manutenção e Conservação de Bens Móveis	5.419,50	46.580,50	0,00	52.000,00	6.367,12	6.367,12	6.367,12	0,00	45.632,88
339039021700 0100100- Manutenção E Conservação de Bens Imóveis	1.931,00	20.000,00	0,00	21.931,00	555,10	555,10	555,10	0,00	21.375,90
339039021800 0100100- Palestras, Cursos,	1.525,00	1.475,00	0,00	3.000,00	890,00	890,00	890,00	0,00	2.110,00



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



Treinamentos E Seleção De Pessoal									
339039022100 0100100-Seguro De Bens Imóveis	0,00	4.037,50	0,00	4.037,50	4.037,50	4.037,50	0,00	4.037,50	0,00
339039022200 0100100-Seguro De Bens Móveis	5.500,00	700,00	1.400,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00
339039022600 0100100-Serviços De Engenharia E Projetos	9.000,00	53.000,00	0,00	62.000,00	17.033,33	17.033,33	17.033,33	0,00	44.966,67
339039022800 0100100-Serviços De Internet	16.657,50	0,00	0,00	16.657,50	15.298,84	12.471,28	12.471,28	2.827,56	1.358,66
339039023100 0100100-Telefonia Móvel E Fixa	10.200,00	1.800,00	0,00	12.000,00	3.507,44	2.626,44	2.626,44	881,00	8.492,56
339039030000 0100100-Plano De Saúde	51.492,50	10.557,50	0,00	62.050,00	61.500,00	61.500,00	61.500,00	0,00	550,00
339049010000 0100100-Auxílio Transporte	1.312,00	7.000,00	0,00	8.312,00	6.406,84	6.406,84	6.406,84	0,00	1.905,16
339092110000 0100100-Dea FGTS	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	5.684,32	5.684,32	5.684,32	0,00	1.315,68
339093020101 0100100-Auxílio Representação Conselheiros	73.751,00	191.000,00	85.383,91	179.367,09	157.550,00	157.550,00	157.550,00	0,00	21.817,09
339093020102 0100100-Auxílio Representação Colaboradores	15.711,00	76.000,00	60.400,00	31.311,00	18.075,00	18.075,00	18.075,00	0,00	13.236,00
339093020200 0100100-Gratificação De Presença Em Plenário - Jeton	10.426,00	34.574,00	0,00	45.000,00	37.960,00	37.960,00	37.960,00	0,00	7.040,00
339093020400 0100100-Despesas Com Fiscalizações	5.686,00	1.314,00	0,00	7.000,00	5.950,00	5.950,00	5.950,00	0,00	1.050,00
339093030500 0100100-Impostos, Taxas, Multas E Pedágios	5.064,50	0,00	0,00	5.064,50	2.550,42	2.550,42	2.550,42	0,00	2.514,08
339093030700 0100100-Sentenças Judiciais	1.000,00	8.000,00	0,00	9.000,00	8.119,17	8.119,17	8.119,17	0,00	880,83





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### Balanço Financeiros Ingressos

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>4.962.482,98</b>	<b>5.885.428,98</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VII)</b>	<b>4.590.437,33</b>	<b>5.642.347,48</b>
- Ordinária	4.962.482,98	5.885.428,98	- Ordinária	4.590.437,33	5.642.347,48
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.962.482,98	5.885.428,98	001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.590.437,33	5.642.347,48
- Vinculada	0,00	0,00	- Vinculada	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>539.907,20</b>	<b>815.463,13</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (IX)</b>	<b>530.384,40</b>	<b>2.876.534,69</b>
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	199.216,97	215.983,86	- PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	202.653,62	2.275.487,09
Restos a Pagar Não Processados	163.537,57	215.983,86	Restos a Pagar Não Processados	202.653,62	2.123.366,97
Restos a Pagar Processados	35.679,40	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00	152.120,12
- VALORES RESTITUÍVEIS	340.690,23	599.479,27	- VALORES RESTITUÍVEIS	327.730,78	601.047,60
21881010201 - Inss Sobre a Folha	104.661,41	103.588,93	21881010201 - Inss Sobre a Folha	110.541,36	104.789,39
21881010202 - Inss Sobre Serviços de Terceiros	35.621,44	147.025,41	21881010202 - Inss Sobre Serviços de Terceiros	35.473,93	152.629,51
21881010203 - Inss Sobre a Folha Férias	12.185,79	0,00	21881010401 - Imposto Sobre a Renda Retido Na Fonte - Irrf	106.681,01	110.464,88
21881010401 - Imposto Sobre a Renda Retido Na Fonte - Irrf	108.719,86	111.539,26	21881010402 - Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte Sobre Férias	10.663,39	0,00
21881010402 - Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte Sobre Férias	20.216,82	0,00	21881010801 - Iss	16.569,07	6.440,15
21881010801 - Iss	12.028,99	11.495,01	21881011302 - Taxa assistencial ACT	1.094,29	0,00
21881011302 - Taxa assistencial ACT	1.094,29	0,00	21881019902 - Contribuição Sindical Anual	0,00	2.109,51
21881019902 - Contribuição Sindical Anual	0,00	2.194,34	21881019903 - Mensalidade - Sindiscose	6.682,56	6.123,37
21881019903 - Mensalidade - Sindiscose	6.136,43	6.057,93	21881019910 - Retenções Federais in 480	40.025,17	218.490,79



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



21881019910 - Retenções Federais in 480	40.025,20	217.578,39	- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
<b>- OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
			<b>OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS (X)</b>	<b>2,10</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	237110300 - Ajustes de Exercícios Anteriores	2,10	0,00
<b>SALDO ANTERIOR (V)</b>	<b>260.648,02</b>	<b>2.078.638,08</b>	<b>SALDO ATUAL (XI)</b>	<b>642.214,37</b>	<b>260.648,02</b>
11111190005 - BANCOS - COREN	32.298,01	255.997,69	11111190005 - BANCOS - COREN	106.417,12	32.298,01
11111509905 - BANCOS - COREN	228.350,01	1.822.640,39	11111509905 - BANCOS - COREN	535.797,25	228.350,01
<b>Total Geral dos Ingressos (VI) = (I + II + III + IV + V)</b>	<b>5.763.038,20</b>	<b>8.779.530,19</b>	<b>Total Geral dos Dispendios (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)</b>	<b>5.763.038,20</b>	<b>8.779.530,19</b>



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

### Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		SALDO	
	Nota	2018	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>4.962.482,98</b>	<b>5.782.435,69</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>3.037.172,40</b>	<b>2.512.921,03</b>
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		3.037.172,40	2.512.921,03
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>		<b>378.203,73</b>	<b>401.174,25</b>
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		378.203,73	401.174,25
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>605.722,79</b>	<b>2.019.591,25</b>
JUROS E ENCARGOS DE MORA		278.772,84	259.091,33
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		25.069,93	56.244,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS		301.880,02	1.704.255,51
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>		<b>937.061,38</b>	<b>732.646,57</b>
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		937.061,38	732.646,57
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>4.322,68</b>	<b>116.102,59</b>
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		4.322,68	116.102,59
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>4.489.601,71</b>	<b>4.578.987,34</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>		<b>2.016.205,23</b>	<b>1.827.519,37</b>
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		1.514.234,76	1.422.120,04
ENCARGOS PATRONAIS		447.964,98	403.668,68
BENEFÍCIOS A PESSOAL		6.406,84	1.279,55
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		47.598,65	451,10
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>2.093.147,80</b>	<b>2.215.339,68</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		45.127,88	51.914,78
SERVIÇOS		1.958.125,58	2.032.542,57
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		89.894,34	130.882,33
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>1.531,55</b>	<b>0,00</b>
JUROS E ENCARGOS DE MORA		1.531,55	0,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>378.717,13</b>	<b>536.128,29</b>
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		378.717,13	536.128,29
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>472.881,27</b>	<b>1.203.448,35</b>





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Nossa demonstração dos fluxos de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras oficiais de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>5.001.293,19</b>	<b>4.747.652,74</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS</b>	<b>2.968.538,57</b>	<b>2.536.673,64</b>
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	2.968.538,57	2.536.673,64
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
<b>RECEITAS ORIGINÁRIAS</b>	<b>755.003,01</b>	<b>878.853,26</b>
Receita Patrimonial	25.069,93	56.244,41
Receita Agro pecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	378.203,73	401.174,25
Outras Receitas Originárias	351.729,35	421.434,60
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
<b>TRANSFERENCIAS</b>	<b>937.061,38</b>	<b>732.646,57</b>
<b>Intergovernamentais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
da União	0,00	0,00
do Estado e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
<b>Outras transferências correntes recebidas</b>	<b>937.061,38</b>	<b>732.646,57</b>
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>REPASSES RECEBIDOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



<b>EXTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>340.690,23</b>	<b>599.479,27</b>
<b>OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>4.704.169,75</b>	<b>5.257.059,19</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO</b>	<b>4.376.436,87</b>	<b>4.656.011,59</b>
Administração	4.376.436,87	4.656.011,59
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Juros e correção monetária da dívida interna	0,00	0,00
Juros e correção monetária da dívida externa	0,00	0,00
Outros encargos da dívida	0,00	0,00
<b>TRANSFERENCIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estado e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
<b>Intragovernamentais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>REPASSES CONCEDIDOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>327.730,78</b>	<b>601.047,60</b>
<b>OUTROS</b>	<b>2,10</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO</b>	<b>297.123,44</b>	<b>-509.406,45</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>301.880,02</b>	<b>1.737.255,51</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	301.880,02	1.737.255,51
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>217.437,11</b>	<b>3.045.839,12</b>
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	217.437,11	3.045.839,12
CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>84.442,91</b>	<b>-1.308.583,61</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	0,00	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NO PERÍODO</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>381.566,35</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>260.648,02</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>642.214,37</b>	

## PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O COREN-SE é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento. O Conselho está se adequando para a constituição das provisões baseadas na estimativa de seu corpo jurídico que está em processo de levantamento das probabilidades das demandas.

## NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS

O COREN-SE é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências serão constituídas considerando a estimativa realizada pelo corpo jurídico, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos for avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito que altere significativamente o Patrimônio Líquido do Conselho. As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

## PERDAS POSSÍVEIS, NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2018, não foram computados decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação do corpo jurídico da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

## PARTES RELACIONADAS

O Conselho em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza. Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do COREN-SE, tratando-se de cargos honoríficos. Eventuais verbas percebidas por tais agentes são pagas, exclusivamente, a título indenizatório, o que não configura qualquer forma de remuneração.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## SEGUROS

Nós adotamos uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza das atividades e a orientação de nosso corpo jurídico. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

ITEM	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Veículos	ROUBO, INCÊNDIO, VIDROS, DANOS FÍSICOS ETC.	4.800,00
Imóveis	INCÊNDIO, EXPLOSÃO, RAIOS, IMPLOSÃO ETC.	4.037,00

## Relacionamento com os auditores independentes

A auditoria do COREN-SE subordina-se a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, órgão central de controle do Sistema Cofen/Corens. No decorrer do exercício de 2018 não foi contratado auditoria independente.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

Se houver eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, esta deverá ser divulgada, para fins de apresentação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### Ativo Circulante

#### NOTA 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até trinta dias, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial. As aplicações em Caderneta de Poupança foram efetuadas junto à Caixa Econômica Federal.

DISPONÍVEL	2018	2017
Bancos Conta Movimento	106.417,12	32.298,01
Caixa Econômica Federal (Caderneta de Poupança)	535.797,25	228.350,01
<b>TOTAL</b>	<b>642.214,37</b>	<b>260.648,02</b>



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



### **NOTA 2 Créditos a Receber**

Os Créditos a Receber se referem a valores de anuidades, que se encontram em aberto até o exercício de 2018 em cobrança Administrativa. São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos tidos como créditos de liquidação duvidosa. O Coren-SE reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e que gera(m) um impacto na estimativa de fluxos de caixa futuro, o qual pode ser confiavelmente estimado.

### **Créditos de Longo Prazo**

Estão representados pelos saldos a receber dos valores de anuidades, acrescidos de Juros, Atualização Monetária e Multa do exercício de 2018 que se encontram em cobrança Administrativa.

<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<i>Anuidades do Exercício</i>	0,00	0,00
<i>Anuidades Anos anteriores</i>	230.671,12	230.671,12
<b>Total</b>	<b>230.671,12</b>	<b>230.671,12</b>

O valor da estimativa de perda de créditos é calculado aplicando-se o percentual da média histórica de inadimplência com créditos de longo prazo dos dois últimos exercícios, sobre o valor bruto a receber, em 2018.

As atualizações dos créditos e das estimativas de perdas de créditos foram contabilizadas em contrapartida com as contas de Variações Patrimoniais Aumentativas ou Diminutivas dependendo o caso, conforme Pronunciamentos específicos do Manual Aplicado à Contabilidade Pública, para posterior apuração do resultado do exercício.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



*NOTA 3 - Demais Créditos e Valores a Receber*

*Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros*

Valores relativos ao adiantamento a pessoal e a terceiros, bem como eventuais tributos a serem compensados. Sendo que a variação ocorrida em 2018 deve-se a créditos de 2017 no valor de R\$ 43.629,32

	2018	2017
DEVEDORES ENTIDADE	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER DE PESSOAL E TERCEIROS	43.629,32	43.629,32
<b>TOTAL</b>	<b>43.629,32</b>	<b>43.629,32</b>

**Ativo Circulante**

*NOTA 4 - Estoques*

	Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Final
<b>ESTOQUES TOTAL</b>	<b>8,916,17</b>	<b>19.917,06</b>	<b>16.937,95</b>	<b>11.895,28</b>
<b>ALMOXARIFADO</b>	<b>8,916,17</b>	<b>19.917,06</b>	<b>16.937,95</b>	<b>11.895,28</b>
<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>	2.569,21	2.478,01	2.594,71	2.452,51
Artigos de Copa e Cozinha	115,66	108,78	114,29	110,15
Artigos de Expediente	5.312,26	13.398,23	11.158,63	7.551,86
Artigos de Limpeza e Higiene	919,04	3.085,84	2.700,82	1.304,06
Formulários, Impressos e Envelopes	0,00	0,00	0,00	0,00
Materiais Alimentícios	0,00	846,20	369,50	476,70
Mat. Eq. de Informática	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção e Conservação Predial	0,00	0,00	0,00	0,00
Materiais Gráficos e Outros Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00

Nossos estoques são formados basicamente com despesas de almoxarifado.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



**NOTA 5 - Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente**

Esta rubrica refere-se à antecipação para publicações na Imprensa Nacional. A medida em que executamos o contrato este valor vai sendo consumido.

**NOTA - 6 - Imobilizado**

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo sem ser reavaliado o que determina a NBC T SP 16.9 e 10. Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com o imobilizado e deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	AQUISIÇÕES		BAIXA	SALDO EM 31/12/2018
		Aquisições	Incorporações	Desincorporações	
<i>Móveis e Utensílios</i>	894,57	-	-	-	894,57
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	1.833,89	1.496,88	-	-	3.330,77
<i>Instalações</i>	-	-	-	-	-
<i>Utensílios de Copa e Cozinha</i>	-	-	-	-	-
<i>Veículos</i>	8.881,60	-	-	-	3.172,00
<i>Equipamentos de Processamento de Dados</i>	222.530,51	-	-	-	138.872,76
<i>Mobiliário em Geral</i>	-	-	-	-	-
<i>Equipamentos Diversos</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros Bens Patrimoniais</i>	814.416,66	-	-	311,22	814.105,44
<i>Sede-Bens Imóveis</i>	4.787.165,68	-	215.724,46	-	5.002.890,14
<i>Terrenos</i>	-	-	-	-	-
<i>Provenientes Doações</i>	-	-	-	-	-
<i>Depreciação Bens Móveis/ Imóveis</i>	-203.768,72	-	-	-	-203.768,72
<b>Total</b>	<b>5.631.954,19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.759.496,96</b>

Fonte: Unidade de Contabilidade



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
**Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73**



Os Bens Móveis e Imóveis estão segurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio, em quantia considerada suficiente no caso de eventual sinistro. Em 2018, foi pago a Seguradora Seguros Sura, no valor de R\$ 4.800,00 referente a frota de veículos, e a Seguradora Travelers Seguros do Brasil, no valor de R\$ 4.037,00, referente ao Imóvel (Sede).

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado não passaram pelo processo de reavaliação, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

Os bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2017 estão sendo depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na NBC T nº 16.9, conforme segue: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha 10 anos; Veículos 5 anos, Equipamentos Processamento de Dados 5 anos.





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



## NOTA 7 INTANGÍVEIS

Acompanhamos anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e durante o exercício não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Software	2018	2017
Direito de Uso	4.980,00	4.980,00
Aquisição de Software	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.980,00</b>	<b>4.980,00</b>

## Passivo Circulante

É registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratações junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2018; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros, de acordo com a legislação vigente.

## NOTA 8 - Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2018	2017
<i>INSS - Instituto Nacional Seg. Social.</i>	22.160,91	20.446,89
<i>FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço</i>	0,00	11.691,78
<i>PASEPI/PIS - Caixa Econômica Federal</i>	1.975,49	1.465,20
<i>Pessoal a Pagar</i>	0,00	0,00
<b>Total</b>		

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	2018	2017
<i>ISS s/ Serv de Terceiros</i>	1.023,62	1.806,73

FORNECEDORES	2018	2017
<i>Produtos e Serviços</i>	32.324,44	168.280,01



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2018, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência, sendo que a composição deste é formada pelos valores apropriados em Restos a pagar.

### NOTA 9 - FORNECEDORES

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência, sendo que a composição deste é formada pelos valores apropriados em Restos a Pagar.

	2018	2017
<b>FORNECEDORES NACIONAIS</b>		
<i>Restos a Pagar do Exercício</i>	0,00	0,00
<i>Restos a Pagar - anos anteriores</i>	32.324,44	168.280,01



## NOTA 10 Obrigações de repartição a outros entes

### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (COTA-PARTE)

Em relação a conformidade do repasse da cota-parte, o Regional fixa "Transferências Correntes" com base de cálculo em acordo com o artigo 10 da Lei 5.905/73, repassando devidamente os recursos ao Conselho Federal.

*Art 10. A receita do Conselho Federal de Enfermagem será constituída de:*

- I – Um quarto da taxa de expedição das carteiras profissionais;*
- II – Um quarto das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;*
- III – Um quarto das anuidades recebidas pelos Conselhos Regionais;*
- IV – Doações e legados;*
- V – Subvenções oficiais;*
- VI – Rendas Eventuais.*

NATUREZA DA RECEITA	VALOR R\$
Receitas de Contribuições	<b>2.968.538,57</b>
Receitas de Serviços	<b>378.203,73</b>
Outras Receitas Correntes: Multas e Juros de Mora/Multas Eleições/Pessoa Física Executada	<b>348.308,86</b>
Receitas Anuladas	<b>5.254,95</b>
<b>BASE DE CÁLCULO ART. 10</b>	<b>3.700.306,11</b>
<b>TRANSFERÊNCIA CALCULADA (A x 25%)</b>	<b>925.076,53</b>
<b>TRANSFERÊNCIA FIXADA – COREN/SE</b>	<b>925.077,02</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,49</b>



### NOTA 11 Provisões de Curto Prazo

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

	2018	2017
<i>Férias</i>		
<i>Encargos sobre Férias (INSS/FGTS/PIS)</i>	37.025,54	52.494,87
<i>Total</i>		

Esse valor é constituído mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COREN-SE, bem como os respectivos encargos. O valor em destaque refere-se ao ano.

### Provisão da Cota Parte do COFEN

COFEN - CONTRIBUTIVAS	2018	2017
<i>Cota Parte (25%)</i>	925.077,02	978.462,51
<i>Total</i>		

A provisão da Cota Parte do COFEN é calculada de acordo com artigo 10 da Lei 5.905/73 onde determina que pertence ao COFEN 25% da receita bruta arrecadada com anuidades e serviços prestados aos Profissionais de Enfermagem.



## Apuração do Resultado

### Nota 12 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 16.5,

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017
<i>Varições Aumentativas</i>	4.962.482,98	5.782.435,69
<i>Varições Diminutivas</i>	4.489.601,71	4.578.987,34
<b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>	<b>472.881,27</b>	<b>1.203.448,35</b>

### NOTA 13 Resultado Orçamentário

As receitas de contribuições do orçamento do COREN-SE são estimadas com base no cadastro de profissionais ativos (Física e Jurídica), as receitas de aplicações financeiras são estimadas com base no saldo da disponibilidade mensal durante o exercício e as demais receitas são estimadas no histórico de recebimento do último exercício. As despesas são fixadas com base no ajuste das despesas de pessoal, encargos e benefícios assistenciais, na aquisição de materiais de consumo, na manutenção e reajustes dos contratos de prestação de serviços, no valor do repasse ao COFEN, nas despesas com investimentos, e no repasse a Entidade Sindical (Sindiscose).

O orçamento do COREN - SE para o exercício de 2018 foi estimado em R\$ 4.693.012,98 considerando a utilização de abertura de Crédito Adicional oriunda de Superávit Financeiro no valor de R\$ 472.881,27, aprovado conforme a Resolução COREN – SE n.º 32/2018, e alterações de acordo com a legislação vigente. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, conforme disciplina o regime orçamentário, de acordo com a Lei 4.320/64.

As receitas correntes estão representadas por anuidades (receita de contribuições), Taxa pelo exercício do poder de Polícia (Receita Tributária) emolumentos recebidos com inscrições, certidões e publicidade (receitas de exploração de serviços), atualização monetária, multa e juros sobre os créditos e rendimentos de aplicações financeiras (receitas patrimoniais), atualização monetária sobre depósitos (financeira), multa por infrações (outras receitas).

As receitas de capital foram representadas pela previsão da Construção da Sede do Conselho no valor de R\$ 1.041.439,78.

As despesas correntes estão representadas por pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, despesas financeiras tributárias e contributivas (tributos, cota parte do Cofen).

A Cota parte do COFENF corresponde a 25% da receita bruta das anuidades, multas, taxas e emolumentos e arrecadações com ART, excluindo-se as Receitas Diversas, a Remuneração de Aplicações Financeiras, as Subvenções e as Receitas por Alienação de Bens (Receita de Capital), de acordo com a Lei nº5.905/73.

A Cota parte é remetida diariamente, quando do pagamento dos Profissionais, uma vez que, já é retirado pelo próprio sistema bancário.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



RECEITA OPERACIONAL	2018	2017
RECEITA PATRIMONIAIS / (FINANCEIRA)	25.069,93	56.244,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.968.538,57	2.536.673,64
RECEITA DE SERVIÇOS	378.203,73	401.174,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	351.729,35	421.434,60
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS (COFEN)	937.061,38	732.646,57
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>4.660.602,96</b>	<b>4.148.173,47</b>

CONTRIBUTIVAS		
COTA PARTE COFEN	925.077,02	811.854,72

DESPESAS OPERACIONAIS		
PESSOAL/ENC. SOCIAIS/BENEFÍCIOS	1.946.485,91	1.789.402,85
DIÁRIAS COM CONS./COLAB./I.	14.287,00	43.143,50
DIÁRIAS COM FUNCIONÁRIOS	4.728,50	15.900,50
DIÁRIAS DIVERSAS	4.276,96	0,00
LOCOMOÇÃO-CONS./COLAB./I.	14.933,91	8.340,11
LOCOMOÇÃO FUNCIONÁRIOS	7.199,90	7.793,29
ENTIDADE SINDICAL	7.230,72	6.057,93
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.360.618,46	1.720.369,48
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.359.761,36</b>	<b>3.591.007,66</b>

<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>375.764,58</b>	<b>-254.688,91</b>
------------------------------	-------------------	--------------------



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
DEMAIS RECEITAS	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	301.880,02	1.737.255,51
<b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS TOTAL</b>	<b>301.880,02</b>	<b>1.737.255,51</b>

DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
TRIBUTOS E DESPESAS BANCARIAS	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	106.381,98	1.023.501,34
<b>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS TOTAL</b>		

RESULTADO DO EXERCÍCIO	571.262,62	459.065,26
------------------------	------------	------------



## NOTA 14 Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado às orientações do COFEN. No Exercício de 2018 o superávit financeiro acumulado ficou em R\$ 472.881,27

## Nota 15 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do COREN - SE é composto de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente assim constituídos:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
<i>Patrimônio Social</i>	6.408.658,47	5.936.962,65

## Gerenciamento de risco

O Coren-SE está exposto a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco econômico relacionado a juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso do Conselho de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Para a gestão de riscos de mercado são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital sendo que por determinação legal não é possível o endividamento da entidade bem como aplicações realizadas em bancos não oficiais e em entidades não públicas. Para a administração, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento das anuidades e taxas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação. O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela entidade através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e análise da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa adequado para dar segurança à continuidade das ações e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado.





**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE**  
Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.905/73



Analisando a liquidez do Coren/SE, a capacidade de pagamento da autarquia frente a suas obrigações, percebe-se que a entidade possui índices de liquidez, o que significa dizer que o Coren/SE não tem dificuldades em honrar com seus compromissos de curto prazo (liquidez corrente e imediata) e compromissos de longo prazo (liquidez geral).

<b>Cálculo e Análise dos Índices de Liquidez</b>		
<b>Índice</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor Desejado</b>
Corrente	2,49 (AC/PC)	Maior que 1
Imediata	2,29(Disp./PC)	Maior que 1
Geral	3,31 (AC+RLP/PC+PNC)	Maior que 1

Analisando o endividamento total do Coren/SE, a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros percebe-se que este Conselho possui índices muito baixos de endividamento, não havendo riscos de Insolvência para a entidade. No cálculo deste índice, quanto maior o quociente, mais endividada está a entidade, e maior será o risco de não cumprir com suas obrigações. O índice de endividamento total do Coren/SE, que é a relação entre o passivo exigível e o ativo total é de 0,042%, e o grau de endividamento, que é a dependência em relação ao capital de terceiros é de 0,044.

<b>Endividamento Total</b>		<b>Grau de Endividamento</b>	
Passivo Exigível	280.814,58	Passivo Exigível	280.814,58
Ativo Total	6.689.473,05	Patrimônio Líquido	6.408.658,47
Endividamento Total	0,042%	Grau de Endividamento	0,044
		Indicador	Desejável < 1